

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**Sureg PB**



**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

**João Pessoa - 2013**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**Sureg PB**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**Sureg PB**

**João Pessoa – 2013**

**Equipe de Elaboração do Relatório**

**Arlindo Coelho Pereira Filho**  
**José Marçal Cavalcante**  
**Carmem Lúcia Gomes Fideles**  
**Zigmani Tobias Cavalcante**

## Sumário

<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>4</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>5</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>6</b>
<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS .....</b>	<b>7</b>
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	7
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	9
<b>2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....</b>	<b>14</b>
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão .....	14
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	16
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>18</b>
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	18
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	19
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	19
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	19
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	21
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>22</b>
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	22
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	23
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	23
4.2.2. Venda em Balcão.....	24
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	24
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	26
<b>5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>26</b>
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	26
5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	27
5.3. Principais indicadores de desempenho.....	28
<b>6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>28</b>
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	28
<b>7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>29</b>
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela CONAB.....	29
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	33
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	34
<b>8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....</b>	<b>35</b>
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	35
<b>9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....</b>	<b>36</b>
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	36
<b>10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....</b>	<b>37</b>
<b>11. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>38</b>
11.1. Alocação de Servidores.....	38
11.2. Comunicação na Instituição.....	38
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	39
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	40
11.5. Informações sobre recursos humanos da CONAB.....	41
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	47
11.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	47
<b>12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....</b>	<b>54</b>
12.1. Programas e Ações do PPA.....	54

12.2. Restos a Pagar.....	58
12.5. Demonstrações Contábeis .....	58
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	59
<b>13. GOVERNANÇA E CONTROLES .....</b>	<b>60</b>
13.1. Controle Interno da UJ .....	60
<b>Resultados e Conclusões.....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>63</b>

## Lista de Siglas

AGF	Aquisições do Governo Federal.
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar.
CEASA	Centrais de Abastecimento do Ceará S/A.
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CPR	Cédula de Produto Rural.
DOU	Diário Oficial da União.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações.
GEFOP	Gerência da Folha de Pagamento da Conab.
GPS	Sigla de “Global Positioning System”, ou, Sistema de Posicionamento Global.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IMNET	Instituto Nacional de Meteorologia.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
MI	Ministério da Infraestrutura.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos.
PEP	Programa de Escoamento de Produto.
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor.
PGPAF	Preço de Referência para a Agricultura Familiar.
PGPM	Política Geral de Preços Mínimos.
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PPA	Plano Plurianual.
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.
PROVB	Programa Venda em Balcão
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
SFA-PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Paraíba.
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria.
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termo
SIGA - Brasil	O SIGA BRASIL é um sistema de informações que permite a qualquer indivíduo, por meio da Internet, /acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos federais.
Sureg/PB	Superintendência Regional da Paraíba
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal.
SIPAG	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários.
SIPLAN	Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária.
SUREH	Superintendência de Recursos Humanos da Conab.
TCU	Tribunal de Contas da União.
VEP	Valor de Escoamento de Produto.
UJ	Unidade Jurisdicionada.

## Lista de Quadros

1.1.1	Identificação da Unidade	07
2.2.1	Empresas do Setor Privado que prestam serviço de Armazenamento	16
2.2.2	Serviços que geram receitas próprias na UJ	16
3.2.3.1	Demonstrativo de Comercialização de PEP	19
3.2.3.2	Dez maiores operações de PEP	19
3.2.5.1	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)	20
3.2.5.2	Quantidades e recursos dispendidos por instrumento	21
3.2.5.3	Dez maiores operações na CPR-Doação	21
4.2.1.1	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	23
4.2.1.2	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	23
4.2.2.1	Dez maiores operações de Vendas em Balcão	24
4.2.3.1	Demonstrativo de Comercialização de VEP	25
4.2.3.2	Dez maiores operações de VEP	25
4.2.3.3	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	26
5.1.1	Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas	27
5.1.2	Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros	27
6.1.1	Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	28
6.1.2	Resultado dos Serviços de Armazenagem	29
7.1.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	29
7.1.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	30
7.1.3	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	31
7.1.4	Certificação da Unidades Armazenadoras Própria	31
7.1.5	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	32
11.5.1	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	41
11.5.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	42
11.5.3	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	43
11.5.4	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	43
11.5.5	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	44
11.5.6	Composição do Quadro de Estagiários	44
11.5.7	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	45
11.5.8	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	46
11.5.9	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	46
12.1.1	Ações orçamentárias da UJ	54
12.1.2	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	57
12.2.1	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	58
12.7.1	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	59
12.5.1	Balanço Patrimonial	63
12.5.2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	65
12.5.3	Demonstração do Resultado do Exercício	66
12.5.4	Demonstração do Valor Adicionado	67
12.5.5	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	68
12.7.2	Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	59
13.1.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	60

## Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional da Paraíba, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-PB para o exercício de 2012, decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, a emergencialidade causada pela seca crônica de atingiu o estado, levando Conab a agir de forma emergencial, bem como os fatores recorrentes em relação a exercícios anteriores.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
<b>1. Informações Básicas</b>		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>2. Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão</b>		
2.2.	Principais Clientes do setor privado	Não houve no âmbito da UJ
<b>3. Sustentação da Renda</b>		
3.2.1.	Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF	Não houve aquisições via AGF na UJ
3.2.2.	Contratos de Opção de venda	Programa não é executado pela UJ
<b>4. Promoção do Abastecimento</b>		
<b>5. Articulação e Organização do Abastecimento</b>		
5.2	Ações realizadas para a formação das Centrais	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
<b>6. Prestação de Serviços</b>		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
6.4.	Principais indicadores de desempenho	Os indicadores formados não se aplicam ao tipo de serviço oferecido pela UJ
<b>7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação</b>		
7.1	Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
7.2	Quantidade de armazéns descredenciados no exercício	Não aconteceram descredenciamentos no exercício 2012
	Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab	Não há armazéns contratados credenciados para trabalharem com estoques públicos
7.3.	Análise das ações de movimentação de estoques públicos	Não houve remoções da UJ
<b>11. Gestão de Pessoas</b>		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e	Não se aplica à natureza jurídica da UJ

	Pensionistas	
11.5.	Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
11.5.	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil</b>		
12.1.	Levantamento da Safra de Café	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.3.	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.4.	Transferências mediante Convênio	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.7.	Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	Não há imóveis locados de terceiro pela UJ
12.8.	Parecer da Auditoria Independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>13. GOVERNANÇA E CONTROLES</b>		
13.2	Deliberações do TCU e CGU	Não houve auditoria na UJ no ano de 2012
13.3	Auditoria Interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
<b>INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA Conab</b>		

## 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

### 1.1. Informações gerais sobre a UJ

Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); nome e período de gestão dos principais responsáveis; código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.

#### Quadro 1.1.1- Identificação da Unidade

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>		
<b>Poder: Executivo</b>		
<b>Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA</b>		<b>Código SIORG:00014</b>
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - Sureg/PB</b>		
<b>Denominação abreviada: Conab - Sureg-PB</b>		
<b>Código SIORG: 87199</b>	<b>Código LOA:</b>	<b>Código SIAFI: 22211</b>
<b>Situação: Ativa</b>		
<b>Natureza Jurídica: Empresa Pública</b>		<b>CNPJ: 26.461.699/0001-80</b>
<b>Principal Atividade: Administração Pública em Geral</b>		<b>Código CNAE: 8411600</b>
<b>Telefones/Fax de contato: (83) 3242-6566</b>		
<b>Endereço Eletrônico: pb.sureg@conab.gov.br</b>		
<b>Página da Internet: http://www.conab.gov.br</b>		
<b>Endereço Postal: R. Cel. Estevão Dávila Lins, s/nº - Cruz das Armas João Pessoa - PB CEP: 58.085-010</b>		
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>		
A Superintendência Regional de Paraíba – Sureg/PB é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Ata da Octuagésima Oitava Reunião Extraordinária da Diretoria da Colegiada da Conab, de 25 de fevereiro de 2000, e alterada em seu endereço pela Ata da Septuagésima Quarta Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, de 09 de fevereiro de 2007.		
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>		
Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social		

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Arts. 11, §1º. e 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia. Suas atividades tiveram início em 25 de fevereiro de 2000.		
Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis		
<p><b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA</b>                      Superintendente: Valdizete Aragão de Almeida (30.10.2011 a 11.06.2012)                      Superintendente: Gustavo Guimarães Lima - (12.06.2012 – em exercício)</p> <p><b>Gerentes de Área</b>                      GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE                      Gerente: Otto José de Carvalho (16.11.11 a 18.06.2012)                      Gerente: Paulo Eduardo Silva Oliveira (18.06.2012 – em exercício)                      GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD                      Gerente: Telma Fernandes Vilar (24.05.11 a 18.06.2012)                      Gerente: Samara Nara de Souza Meira Lima (18.06.2012 – em exercício)</p> <p><b>Gerentes das Unidades Armazenadoras</b>                      UA JOÃO PESSOA                      Gerente: Santiago Jorge Sá Silva (16.11.2011 a 02.01.2013)                      UA CAMPINA GRANDE                      Gerente: João Gomes da Silva (04/03/2010 a 03.08.2012)                      Gerente: Josinaldo Raimundo da Costa (03.08.2012 a 02.04.2013)                      UA MONTEIRO                      Gerente: Givanildo Batista Lira (19/11/09 – Em Exercício)                      UA PATOS                      Gerente: Vital Farias de Arruda Filho (19/11/2009 a 21.11.2012)                      Gerente: Manoel Nóbrega de Andrade (21.11.2012 – em exercício)</p>		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	Título Resumido
22211	Companhia Nacional de Abastecimento	Conab
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
135476	Conab Sede – Sureg PB	
135288	UA – João Pessoa	
135289	UA – Campina Grande	
135607	UA - Patos	
135608	UA – Monteiro	
135464	Mercado de Opções – PB	
135300	Estoque Estratégico – PB	
135301	Núcleo Estoque Regulador/PB – PGPM	
135602	Unidade Conab PAA – PB	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
	22211	

## **1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos**

### **Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;**

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

## Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

### Macroprocesso de Sustentação de Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

A atuação da Conab no Estado da Paraíba por meio desse macroprocesso revela-se constante uma vez que o PAA – Programa de Aquisição de Alimento com atendimento a praticamente todos as região do Estado, bem como o programa venda balcão que faz parte da PGPM, que auxilia o pequeno produtor rural na manutenção dos seus rebanhos. O PEP e o PEPRO também são fiscalizados no Estado uma vez que grandes criadores, principalmente do setor aviário, participam dos programas, participando de leilões e adquirindo milho oriundo de outros Estados, principalmente do Centro-Oeste.

Percebe-se a necessidade de constante revisão dos macroprocesso principalmente em relação ao Nordeste, uma vez que a longa estiagem produzindo uma enorme demanda no programa venda balcão, necessitando assim de uma maior agilidade no processo.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.Conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a..pdf>

### Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

A atuação da Conab no Estado da Paraíba limita-se, em relação a este macroprocesso, a atuação do programa venda em balcão que faz parte da PGPM, principalmente em virtude do grande período de estiagem que aflige o Estado, o número de pequenos criadores cadastrados aumentou em progressão geométrica ao preço baixo do milho praticado pela Conab em relação ao mercado local.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.Conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

### Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

O Refap e o Prohort tem atualmente atuação discreta da Superintendência da Paraíba, o principal motivo para isso é que os programas surgiram como forma de organizar classes específicas. No caso do REFAP foram formadas e organizadas redes com pequenos varejista e um grande trabalho de organização e atuação na manutenção dessas redes no que diz respeito a política de compras e estratégia de atuação, uma vez as redes concretizadas o trabalho de consultoria continua e principalmente a busca por novos credenciados, mas os trabalhos de formação de redes já não estão tão intensos, quanto ao PROHORT o programa não está atuante no Estado, uma vez que o mesmo é quase que totalmente desenvolvido pela Matriz, cabendo a Superintendência apenas recepcionar os técnicos da Matriz para realização de verificações nas CEASAS/EMPASA.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.Conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f..pdf>

### **Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Quanto ao atendimento aos parceiros, a Sureg/PB atua com o armazenamento e distribuição de cestas básicas quando a demanda é oriunda de outros órgãos ou para atender casos de calamidade ou grupos específicos, como assentados atendidos pelo INCRA, ou atingidos por enchentes ou seca.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.Conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280..pdf>

### **Macroprocesso de Prestação de Serviços**

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

No ano de 2012 não houve atuação da Sureg/PB neste Macroprocesso uma vez que não prestamos serviços específicos a terceiros no âmbito do Estado.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.Conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddedf..pdf>

### **Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.Conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cbedf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f..pdf>

### **Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**

É o principal Macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

A Sureg/PB atua nesse macroprocesso dando suporte a Matriz para que sejam disponibilizados de forma satisfatória ao público informações a cerca de proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, análise de cadeias produtivas; mapeamento, séries históricas e estatísticas agrícolas, cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores e das operações referentes aos Programas de Subvenção.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.Conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0..pdf>

### **Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios**

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como

implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

## 2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

### 2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

Ao longo dos anos observou-se que o Estado da Paraíba possui uma agricultura basicamente familiar e voltada para a subsistência, aquilo que é produzido no Estado atende apenas ao mercado interno, entre os principais produtos estão: Feijão, Arroz (Branco e Vermelho), Milho, Raiz de Mandioca, Farinha, Goma, Amendoim, Castanha de Caju, Leite Bovino e Caprino, Sisal e cana de açúcar. Entre esses produtos destaca-se o milho como base da ração animal do Estado, a cana de açúcar que coloca a Paraíba como terceiro maior produtor do Nordeste e o Sisal que já teve seu auge em décadas passadas, mas que ainda é um vetor de renda para muitas famílias no Estado.

Um caso que merece destaque é o do milho. Segundo Análise feita pelos agrônomos da Superintendência Regional da Paraíba – Sureg/PB, o Estado da Paraíba produz cerca de 16% daquilo que consome resultando assim num déficit de 84% do grão. Os pequenos criadores nos períodos de verão utilizavam a torta de caroço de algodão como fonte de proteína, acontece que a cultura do algodão foi praticamente dizimada e na safra passada resumiu-se a aproximadamente 1.000 toneladas, fazendo com que a torta do caroço desaparecesse do mercado local. A falta de produto, bem como a ausência de um substituto para o mesmo fez com que o preço do produto no mercado local chegasse ao patamar de até R\$ 60,00 a saca com 60 kg, inviabilizando assim a atividade criatória. Outro fator preponderante é a irregularidade pluviométrica apresentada no Estado que castiga a pastagem natural e se torna insuficiente para suprir os rebanho de ovinos, caprinos e bovinos e animais de tração e montaria.

Diante do cenário exposto a Conab por meio da Superintendência Regional da Paraíba – Sureg/PB procura exercer um papel de agente catalizador, buscando formular políticas que atuem no cerne do problema, tendo em vista que no Estado o papel social da Conab é de extrema importância e sua atuação é sentida principalmente pelo pequeno criador assistido pelo programa Venda Balcão e o produtor familiar que é atendido pelo PAA- Programa de Aquisição de Alimentos, ambos executados pela Conab.

No Estado da Paraíba a atuação da Conab é pensada de forma a atenuar o problema da distribuição de renda no campo, pois quando compra-se de um pequeno produtor aquilo produzido por ele e a um preço justo a companhia atua na problemática da manutenção do homem no campo e os reflexos são sentidos tanto no campo quanto na cidade, afinal com a permanência do homem do campo há uma redução do êxodo para as grandes cidades reduzindo assim o nível de pobreza também nos grandes centros e ao mesmo tempo aumentando a circulação de dinheiro nas pequenas cidades do interior do Estado.

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA a Superintendência Regional da Paraíba beneficiou cerca de 2.348 produtores em 159 municípios do Estado, tendo atendido cerca de 1.207.046 pessoas em situação de insegurança alimentar com cerca de 4.816.992 toneladas de alimentos e espera-se que esse número aumente nos próximos anos.

O programa de venda balcão, bem como as remoções de produtos, sobretudo o milho, utilizando-se de instrumentos das políticas de sustentação de renda como Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) e o Valor de Escoamento de Produto (VEP), contribuem para minimizar o problema da falta de milho no Estado. Mais uma vez a questão social envolvendo a atuação da Conab é muito profunda, pois por um lado os grandes criadores, principalmente avicultores, utilizam-se de instrumento como o VEP, PEP e PEPRO para terem acesso a produtos de outros Estado, principalmente do centro-oeste, o que garante a continuidade de seus trabalhos e a garantia e geração de emprego e renda na região, enquanto o pequeno produtor utiliza-se do programa de venda em balcão para garantir a manutenção da

atividade criatória, gerando assim renda com a venda de produtos derivados dos mesmo e a permanência do homem no campo. Neste sentido, por meio da portaria interministerial/MAPA/MF/MP nº 407 e 601/2012 foi instituído o Programa Venda em Balcão – Especial, com a venda de milho subsidiado aos pequenos produtores cadastrados no venda em balcão, a intenção era garantir a manutenção da atividade criatória em face a uma das maiores secas já enfrentada pelo Nordeste, em especial o semiárido e sertão nordestino que sofre com o longo período de estiagem. Questão tratada como emergência, de forma que foram montados polos de atendimento nas regiões do estado onde não havia armazém próprio da Conab e intensificada a remoção de milho de Estado com estoques reguladores abastecidos.

A perfeita execução do programa foi dificultada pela falta de estoque de milho nos armazéns da Conab para atender a enorme demanda, bem como a falta de pessoal, uma vez que o número de empregados encarregados de executar o programa manteve-se o mesmo e levando-se em conta que a baixa significava no valor do milho, em virtude do subsídio pago, que gerou uma enorme procura elevando o número de cadastro de cerca de 1.000 por ano para mais de 10.000 em apenas alguns meses de atuação do programa, o que dificulta a fiscalização uma vez que a quantidade de empregados para fiscalizar os cadastros é reduzida.

O grande risco vislumbrado no programa venda em balcão decorre da atual dificuldade da Companhia em conseguir o produto, uma vez que as remoções de produto de Estados produtores são caras e demoradas, bem como o valor do frete praticado pela Companhia não é atrativo e outro risco talvez mais grave seja a exposição negativa da imagem da Companhia uma vez que com a falta de pessoal para fiscalizar os cadastros efetuados e coibir a ação de pessoas desonestas que procuraram em um período de tanta dificuldade e pobreza, se utilizam do programa para fins ilícitos, utilizando o programa para adquirir o produto por um preço baixo e vender a preço de mercado provocando com isso várias denúncias e exposição negativa da atuação da Companhia.

Vale ressaltar que providências estão sendo tomadas tanto para minimizar a falta de produto nos armazéns, com a remoção multimodal de milho de Estados produtores mais próximos, além de uma série de ações para coibir a atuação a venda ilegal de milho subsidiado, como uma maior interação entre a Companhia e a Polícia Federal e o ministério Público, assim como a ampla divulgação de ações bem sucedidas no sentido de coibir o crime.

Já nos programas que integram a operacionalização do Fome Zero pela Conab os maiores riscos são que a mesma foi incluída na operacionalização via convênio firmado entre o MAPA -Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, o MDS e o MDA. A inexistência de uma destinação orçamentária definida para o programa cria gargalos para a execução do mesmo, bem como impossibilita o planejamento a longo prazo tendo em vista que a morosidade na definição do Termo de Cooperação acaba por limitar a área de atuação de um planejamento mais aprimorado.

Outro grande problema enfrentado é a falta de uma cultura associativista na região nordeste, em especial no Estado da Paraíba, o que limita o acesso dos trabalhadores rurais aos programas, pois os mesmos devem estar organizados em cooperativas ou associações para terem acesso aos benefícios relativos ao programa.

Diante desse cenário pode-se concluir que no Estado da Paraíba a Conab assumi o papel fundamental de braço operacional na execução das políticas públicas de governo relativas ao abastecimento, segurança alimentar e nutricional, combate a miséria e má distribuição de renda. Com uma gestão focada na minimização dos problemas do homem do campo e com programas que ganham uma dimensão sócio econômica importante, principalmente em si tratando de agricultura familiar e que apesar dos entraves enfrentados conta com enormes perspectivas de crescimento para os próximos anos.

## 2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

Afora a expressiva atuação da Conab Paraíba no âmbito da Agricultura Familiar, conforme descrito anteriormente, mais uma vez se registrou tímida demanda por serviço de armazenagem de produtos e insumos decorrentes do agronegócio nas instalações de armazenagem da companhia no Estado da Paraíba. A mesma consistiu, predominantemente, no atendimento das demandas decorrentes dos próprios programas de abastecimento alimentar mantidos pelo Governo Federal e executados através da Conab, a exemplo de programas do Fome Zero (cestas de alimentos), Vendas em Balcão e outros.

### Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

No tocante aos serviços de apoio à comercialização, a Conab não é única empresa no Estado a prestar serviços de armazenagem existindo algumas empresas que oferecem esse serviço como descreve o quadro, já a comercialização de produtos agrícolas, a classificação de produtos e outros, atendendo as necessidades dos agentes produtores da agricultura familiar e do agronegócio a Conab aparece como única empresa no Estado a prestar serviços.

#### Quadro 2.2.1 – Empresas do Setor Privado que prestam serviço de Armazenamento

Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
M.DIAS BRANCO S/A IND COM DE ALIMENTOS	07206816003645	28.200
SAO BRAZ S/A IND E COM DE ALIMENTOS	08811226001903	19.431
COOPERATIVA AGRIC. MISTA DE PATOS LTDA	09151911000194	7.398
ASA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01551272000908	6.080
CABEDELO INDUSTRIAL S/A	09096769000120	5.600
COAMB-COOP AGRIC M DO BREJO DA CRUZ	08744732000106	3.133
COAGRO-COOP AGRIC M DO CURIMATAU	08965709000133	792
ALGODOEIRA SANTANA LTDA	12686168000181	765
SINDAÇUCAR - SINDICATO DA INDUSTRIA DO ACUCAR E DO ALCOOL NO EST PE	11012986000136	351.613
CAGEPE - CIA ARMZ GER DO EST DE PE	10846343000125	108.381

Fonte: Diafi/Sucon

### Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias

Conforme percebe-se no quadro abaixo existe a Sureg/PB obteve receita com o serviço de armazenagem, mas os recursos são oriundos do tesouro nacional, uma vez que a receita de armazenagem tem origem nos programas institucionais executados pela Conab.

#### Quadro 2.2.2 – Serviços que geram receitas próprias na UJ

Serviço	Receita	%
Armazenagem de Produtos Agrícolas	90.585,20	100,00
Leilão de Terceiros (público)	-	0,00
Leilão de Terceiros (privado)	-	0,00
Classificação de Produtos	-	0,00
<b>Total de Serviços</b>	<b>90.585,20</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

**c) Principais clientes do setor público – armazenagem**

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
26.461.699/0375-05	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – MERCADO DE OPÇÕES		66.391.523	41.709.343,00
26.461.699/0242-84	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – PGPM		14.543.241,400	8.497.322,64
26.461.699/02681-3	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – ESTOQUE ESTRATÉGICO		1.293.548,620	2.941.633,96

Fonte: Diafi/Sucon

**d) Principais clientes do setor privado – armazenagem**

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
11.551.325/0002-60	TASSUAN COMERCIAL IMPORT. E EXPORT. LTDA		2.389.530,000	16462859

Fonte: Diafi/Sucon

### 3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

#### 3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

A agricultura paraibana apresenta uma produtividade muito baixa e com carácter de subsistência, nível técnico precário, com práticas rústicas e extremamente tradicionais, culturas com baixos investimentos e bastante prejudicada pelas constantes estiagens, pelo baixo índice pluviométrico e pela distribuição irregular das chuvas. Desta forma a Paraíba importa de outros estados os grãos necessários para alimentar grande parte da população, na sua maioria feijão, arroz e milho, estes grãos em especial o milho que é base da dieta do rebanho de leite e corte também é importado de outros estados, em especial do sul e centro-oeste.

No ano de 2012, devido ao baixo preço praticado no Estado a Conab realizou por meio do regulamento para subvenção de Cana-de-açúcar nº 01/2012 em que o valor praticado foi de R\$5,00.por tonelada foi pago aos produtores que apresentaram comprovação de venda do produto durante o ano de 2010/2011, deste modo foram beneficiados 1.244 produtores, que comprovaram uma a venda de aproximadamente 1.223.170,325 toneladas e deste modo a Conab pagou R\$ 6.115.851,63 a esses produtores ajudando os produtores e incentivando a produção e venda de cana de açúcar as usinas do Estados o que coloca a Paraíba como o 3.º maior produtor nordestino, apesar de nos últimos quinze anos não ter havido expansão na área plantada, mas a melhoria das técnicas de produção garantem a Paraíba um lugar de destaque na região nordeste.

O algodão e o sisal perderam destaque devido a ocorrência de pragas e da baixa produtividade da região, agravada pela crise da indústria têxtil na região, da redução de preços e pela concorrência com produtos sintéticos ou importados, o milho e o feijão são cultivados em todo o Estado sendo sua produção basicamente de subsistência e geralmente de forma associada, bastante tradicional e sem perspectivas de melhorias técnicas.

Em atendimento aos produtores de sisal situados no Estado a Conab negociou a concessão de subsídios para escoamento de 1.800 toneladas de sisal. O sisal foi negociado em leilões públicos e o mecanismo utilizado foi o PEP – Prêmio de Escoamento do Produto.

A importância do sisal para a economia do setor agrícola nordestino pode ser analisada sob diversos aspectos, merecendo destaque a geração de renda e emprego para um contingente de aproximadamente 800 mil pessoas, proporcionando divisas para os Estados da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e, mais recentemente, o Ceará.

Nos anos 50 e 60 o sisal foi o principal produto agrícola paraibano, quando sofreu uma retração devido aos baixos preços no mercado internacional. Como toda cultura comercial, as oscilações de mercado reduziram a produção em grandes áreas de cultivo, principalmente nos municípios de Ingá, Itatuba, Alagoa Grande e Serraria onde o sisal foi substituído por outras culturas. Por outro lado, a concorrência da fibra sintética também afeta o mercado e desestimula o produtor. O sisal é a cultura comercial nas regiões do Curimataú e Seridó Oriental, bem como em alguns municípios da microrregião de Teixeira. É uma cultura de ciclo vegetativo longo, a idade média do plantio do Estado é de 25 anos e nunca tendo sido renovado. A fibra de sisal é utilizada para a fabricação de cordas e estopas no setor industrial local, ou são exportadas para o exterior a fim de serem utilizadas nas indústrias de papel e celulose.

Mesmo diante destas dificuldades, é preciso se entender que o sisal continua sendo uma das poucas opções econômicas para a região semi árida do Nordeste do Brasil e dificilmente uma outra cultura poderá ser mais rentável economicamente e mais vantajosa para a área em questão, por isso é imprescindível garantir sua continuidade, realizar estudos e trabalhos capazes de estimular a expansão e promover o progresso tecnológico.

Em 2012, foram realizados leilões de PEP quando foi negociada a compra de 1.800 toneladas de fibras com um valor previsto de subvenção de R\$ 347.400,00.

Em ambos os casos percebe-se que a queda no preço dos produtos e conseqüentemente

a dificuldade de manutenção da produção, além da importância social e econômica dos produtos foram motivadores dos programas de subvenção.

### 3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

#### 3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se dispõem a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

Nesta modalidade a Paraíba escoou o Sisal, comprando de empresas que comprovaram pagar ao produtor o preço mínimo estipulado pela Conab, na Paraíba foram 1.800 toneladas de fibras com um valor previsto para subvenção de R\$ R\$ 347.400,00 que foram escoados para destinos previamente definidos e comprovados pelas empresas vencedoras do leilão. Nesta modalidade a origem do produto era BA, PB e RN e o destino não poderia ser qualquer outro Estado da Federação ou para o Exterior.

#### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

**Quadro 3.2.3.1- Demonstrativo de Comercialização de PEP**

Produto	UF Origem	Quantidade (ton)		UF Destino	Valor Previsto da Subvenção
		Ofertada	Negociada		
SISAL	PB	1.800	1.800	Qualquer localidade, exceto Estados da BA, PB e RN	R\$ 347.400,00
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>		<b>347.400,00</b>

Fonte: Dirab/Suoape

#### Dez maiores operações na modalidade

**Quadro 3.2.3.2 - Dez maiores operações de PEP**

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada	Total da Operação (R\$)
1º	0909261000	CIA SISAL DO BRASIL - COSIBRA	SISAL BRUTO	347.400,00
<b>Total</b>			-	<b>347.400,00</b>

Fonte: Dirab/Suoape

#### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

#### Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

#### 3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do

Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

No Estado da Paraíba o programa foi executado apenas por meio do Compra com Doação Simultânea, em que no ano de 2012 foram atendidos 2.348 produtores, adquiridas 4.816.922 toneladas de alimentos gerando para os agricultores uma renda de R\$ 10.306.188,31 e contribuindo com isso para a manutenção do homem no campo.

### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

**Quadro 3.2.5.1 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)**

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em Kg)	Valor (R\$)
MDS	46	DIVERSOS	3.348	4.816.922,00	10.306.188,31
<b>Subtotal</b>	<b>46</b>	<b>-</b>	<b>3.348</b>	<b>4.816.922,0</b>	<b>10.306.188,31</b>
MDA					
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>-</b>	<b>3.348</b>	<b>4.816.922,0</b>	<b>10.306.188,31</b>

Fonte: Dipai/Supaf

### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Este ano no estado da Paraíba a Conab atuou sobre produtos que tem uma importância tanto econômica como é o caso da cana-de-açúcar, como histórica como é o caso sisal. O Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP, instrumento utilizado para escoamento do sisal se mostrou bastante efetivo uma vez que os produtores garantiram a venda do produto pelo preço mínimo estipulado pela Conab e as empresas que escoaram o produto para outros estados tiveram o valor subsidiado e não tiveram perdas de valor.

Quanto a cana-de-açúcar, o pagamento de subvenção não enseja numa intervenção direta, uma vez que a Conab não trabalha com o produto e sim com o produtor que comprovadamente vendeu seu produto as usinas abaixo do preço mínimo de mercado estipulado pela Conab, contudo a necessidade de produção crescente de cana de açúcar para abastecer o mercado com o aumento dos carros movidos a álcool e a insuficiência da área plantada pelas indústrias torna a cana de açúcar vendida por produtores independentes uma excelente alternativa e neste quesito vale ressaltar a importância do pagamento da subvenção para estimular o plantio e garantir renda ao produtor.

### Resultado financeiro geral

O programa de aquisição de alimentos tem um cunho social extremamente relevante, por isso não há venda dos produtos adquiridos pela Conab deste modo não há geração de receitas. No Estado da Paraíba o PAA atua de forma a atenuar o problema da distribuição de renda no campo, pois quando compra-se de um pequeno produtor aquilo produzido por ele e a um preço justo atuamos diretamente no paradigma da dificuldade de manutenção do homem no campo, pois a aferição de uma renda certa e paga de forma justa como fruto do trabalho do campo reflete

diretamente na economia local, sendo seus benefícios sentidos tanto no campo quanto na cidade, afinal com a permanência do homem do campo há uma redução do êxodo para as grandes cidades reduzindo assim o nível de pobreza e violência também nos grandes centros e ao mesmo tempo aumentando a circulação de dinheiro nas pequenas cidades do interior do Estado.

**Quadro 3.2.5.2 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento**

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CDAF	MDS			
	MDA			
CPR Doação	MDS	DIVERSOS	4.816.992,00	10.306.188,31
	MDA			
CPR Estoque	MDS			
	MDA			
<b>Total MDS</b>			<b>4816992,0</b>	<b>10306188,31</b>
<b>Total MDA</b>			<b>0,0</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>			<b>4816992,0</b>	<b>10306188,31</b>

Fonte: Dipai/Supaf

**Quadro 3.2.5.3 – Dez maiores operações na CPR-Doação**

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	PB	DIVERSOS		404.998,21
MDS	PB	DIVERSOS		374.050,20
MDS	PB	DIVERSOS		342.361,08
MDS	PB	DIVERSOS		314.998,24
MDS	PB	DIVERSOS		314.948,30
MDS	PB	DIVERSOS		274.470,31
MDS	PB	DIVERSOS		265.500,00
MDS	PB	DIVERSOS		249.918,04
MDS	PB	DIVERSOS		242.908,10
MDS	PB	DIVERSOS		224.865,64

Fonte: Dipai/Supaf

**3.3. Principais indicadores de desempenho**

Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o alcance desse instrumento de comercialização	2,29	2,10	0
<b>Análise do Resultado:</b> Apesar de representar uma proporção irrisória face ao número total de produtores, a baixa porcentagem de produtores atendidos reflete a situação atual do Sisal no Estado da Paraíba. Segundo Associação dos Produtores de Sisal da Paraíba caso não haja renovação do plantio e busca de novos mercados para o produto ele fatalmente irá se extinguir em três anos, a Associação conta com associados nos cinco principais município produtores: Picuí, Pocinhos, Barra de Santa Rosa, Cuité Nova Floresta.			

Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	6,2	2,4	0
<b>Análise do Resultado:</b> Desde de 2010 percebe-se uma evolução dos valores dos projetos apresentados, isso se dá em virtude da organização das Associações e Cooperativas que se preparam para lidar com maiores volumes de alimentos e de produtores.			

Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	100	100	100
<b>Análise do Resultado:</b> Para que o projeto passe a funcionar um técnico do Setor supervisiona o projeto, verificando a existência de produto e a situação dos beneficiários que irão receber os produtos e este mesmo técnico passa a acompanhar todo o projeto até o seu encerramento.			

Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	36,3	37,7	43,9
<b>Análise do Resultado:</b> Percebe-se uma queda na quantidade de municípios atendidos, isso se dá devido a falta de cultura associativista que faz com que muitas Associações e Cooperativas do Estado estejam em situação irregular.			

## **4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO**

### **4.1. Análise das principais ações ligadas à venda**

#### **Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado**

No Estado da Paraíba a Conab atuou apenas com o Subsídio do PEP – SISAL e com o programa venda em Balcão, no PEP -SISAL foram atendidos produtores de Sisal situados no Estado com a concessão de subsídios para escoamento de 870 toneladas. O sisal foi negociado em leilões públicos e o mecanismo utilizado foi o PEP – Prêmio de Escoamento do Produto.

Já com programa venda em balcão em que se negociou o milho, pois a produção local não atende completamente as necessidades do Estado, na safra 2011/2012 o Estado produziu a sua pior safra já registrada cerca de 7.8 mil toneladas de milho para um consumo em torno de 580 mil toneladas, ficando praticamente sem produção e dependendo totalmente do milho vindo do centro-oeste. O comércio atacadista é insignificante. Falta o produto no mercado local o que eleva o preço ao patamar de até R\$ 60,00 (Sessenta reais) o saco de 60 quilogramas inviabilizando a utilização do mesmo na atividade criatória.

O programa venda em balcão assume assim uma função primordial para preservação do homem no campo, principalmente os pequenos produtores que não possuem meios de acesso as bolsas de mercadoria, condição obrigatória para participação nos leilões promovidos pela Conab e que tem o benefício dos subsídios do Governo Federal e em função das irregularidades climáticas a atividade agrícola dos pequenos agricultores é precária o que no decorrer dos anos tem acarretado mais prejuízos do que lucros para os pequenos produtores, mas mesmo assim a atividade criatória tem sido a grande responsável pela geração de emprego, renda e sustentação das famílias no campo, além da oferta de carne, ovos e leite e seus derivados para a população local, dada a importância do programa Venda em balcão para suprimento do milho aos pequenos produtores, a Superintendência Regional da Paraíba realizou cerca de 18.090 cadastros de pequenos produtores para que os mesmos tenham acesso ao produto oferecido nas quatro unidades armazenadoras espalhadas pelo Estado ao preço que varia de R\$ 18,00 a R\$ 31,20 a saca de 60kg.

#### **Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado**

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais

sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto - PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

A escolha da melhor forma de intervenção se dá por critérios técnicos levando-se em consideração a região, o tipo de produto e o mercado interno da região, deve-se entender que os vários mecanismos utilizados tem como parâmetro regular o mercado ou atender a determinada emergência, como é o caso da falta de milho para atender os criadores em meio a seca ou a questão de regulação do preço de mercado do sisal. Deste modo a intervenção tem uma característica temporal bem definida podendo ou não se tornar uma política permanente.

## 4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

### 4.2.1. Venda em Leilão Público

#### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

No Estado da Paraíba não houve operação de venda em leilão uma vez que não temos estoque de produtos, mas a Sureg/PB atuou no pagamento de comissão a bolsa de valores, pois empresas situadas no Estado participaram do leilão. Deste modo o Estado da Paraíba aparece como destino do produto arrematado via Leilão Público realizado pela Conab e o produto tem sua origem no Estado do Paraná.

#### Quadro 4.2.1.1 – Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
	Ofertada	Negociada	
Feijão		1.346	1.078.251,25
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1.346</b>	<b>1.078.251,25</b>

Fonte: Dirab/Suope

#### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Como o Estado praticamente uma agricultura de subsistência e considerando o longo período de estiagem pelo qual vem passando todo o nordeste brasileiro, a vinda de produtos oriundos de outros Estados, com valor acessível acaba por diminuir o valor do produto para o consumidor final, deste modo auxiliando o equilíbrio da oferta, não só no Estado em que o produto aparece de forma excessiva, como no Estado em que não há produto elevando assim o preço do mesmo.

#### Dez maiores operações na modalidade

#### Quadro 4.2.1.2 – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	DM Distribuidora LTDA	Feijão	730	603.555,00
2	Luna Distribuidora de Alimentos LTDA	Feijão	416	363.346,25
3	RDM Representações e Comercio LTDA-ME	Feijão	150	87.350,00
4	Com. E Beneficiamento de Cerais Mercosul LTDA	Feijão	50	24.000,00
<b>Total</b>			<b>1.346</b>	<b>1.078.251,25</b>

Fonte: Dirab/Suope

#### 4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

#### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

No exercício de 2012 a Conab comercializou 36.550 toneladas de milho, atendendo 18.090 produtores e obtendo uma receita de 13.937.112,10. O milho foi o único produto disponibilizado no venda em balcão exatamente por conta da escassez do produto no Estado e sua importância como base da ração que alimenta o rebanho do Estado. A atividade aviária, também muito forte no Estado também usa o milho como base da ração. Por outro lado esse número se deve muito a instituição do Venda em Balcão – Especial a partir de meados de 2012, em a saca de milho que antes era comercializada nos armazéns da Conab por cerca de R\$ 35,00 teve o preço reduzido em alguns casos para R\$ 18,00 o que sucedeu um enorme aumento no número de criadores cadastrados no programa venda em balcão.

#### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

O programa venda em balcão funciona de forma bastante efetiva uma vez que retira de Estados do Centro-oeste o excesso de produção deixando o mercado equilibrado e traz para os Estados do Nordeste um equilíbrio entre oferta e procura, uma que com milho nos armazéns da Conab a um preço acessível o mercado local tende a seguir a tendência e também equilibrar o preço do produto. Em virtude da terrível seca que abateu o Estado da Paraíba várias questões foram levantadas sobre os riscos de depender do programa venda em balcão como solução imediata e urgente, uma vez que com a enorme procura e a falta do produto nos armazéns da Conab por conta de dificuldade de remover grandes quantidades de milho do Centro-oeste, muito por conta de dificuldades com o frete advindo daqueles Estados e ao acontecimento de uma super safra de SOJA que mobilizou as empresas de frete em torno da logística necessária para atender aquele determinado momento, contribuiu para o insucesso em atender de forma completa e necessária aos criadores naquele momento. O grande risco continua para o próximo exercício sendo a logística utilizada pelo país que privilegia um meio de transporte de curta distância para atender distâncias gigantes, no caso o rodoviário e mesmo fatores que dificultam o bom planejamento, como uma seca de grandes proporções ou uma grande quebra de produção.

#### Dez maiores operações na modalidade

**Quadro 4.2.2.1– Dez maiores operações de Vendas em Balcão**

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
PB	José Ricardo Queiroga da Silva	Milho	105.120,00	47782,5
<b>Total</b>			<b>105.120</b>	<b>47.782,50</b>

Fonte: Dirab/Supab

#### 4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

## Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

### Quadro 4.2.3.1 – Demonstrativo de Comercialização de VEP

Produto	Quantidade (ton)		UF Destino	Valor da Operação c/ ICMS (R\$)
	Ofertada	Negociada		
MILHO EM GRÃOS A GRANEL		25348	PB	4109750,34
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>25.348</b>		<b>4.109.750,34</b>

Fonte: Dirab/Suope

### Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

O VEP - Valor para Escoamento do Produto é uma subvenção que tem como característica tirar o produto mais abundante em uma região e levá-lo a regiões em que haja escassez do mesmo, só que como o produto está no estoque governamental a Conab por meio de leilão negocia subsídio do frete do produto para que aquele avicultor, caprinocultor, etc leve o produto a determinadas regiões pré-determinadas no Edital. No Estado da Paraíba o VEP é utilizado principalmente por avicultores que negociam via bolsa de mercadorias e posteriormente são fiscalizados e devem comprovar a destinação do produto, que deve ser usado como base da ração do rebanho, vale ressaltar que não há negociações de VEP no Estado da Paraíba assim o Estado é apenas citado nos Editais como destino do produto a ser escoado de vários Estados produtores, principalmente Estados do Centro – Oeste do Brasil, como por exemplo o Mato Grosso. Os produtores que adquirem o produto nesses leilões e devem comprovar a utilização do mesmo para ração animais ou produção de produtos que tem como base fundamental o milho. O maior risco dessa operação é o desvio de utilização do milho, uma vez que com a enorme seca que assolou o Estado essa perspectiva seria possível. Por isso a Conab faz regularmente fiscalizações com o intuito de comprovar a real utilização do produto.

### Dez maiores operações na modalidade

#### Quadro 4.2.3.2 – Dez maiores operações de VEP

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE(t)	TOTAL OPERAÇÃO(r\$)
1º	12727145000178	GUARAVES - GUARABIRA AVES LTDA.	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3.988	847.651,25
2º	03136782000189	GRANJA AZEVEL LTDA-ME	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4.600	749.480,00
3º	34341234404	ERIVALDO MIRANDA ARAUJO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3.000	602.768,75
4º	12819074000729	MAURICÉA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3.000	570.750,00
5º	28777387449	IVANILDO COUTINHO DE SOUSA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	3.000	372.720,00
6º	10936432420	JOSE ANSELMO DE QUEIROZ	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.400	287.785,00
7º	11037441000184	COOPLEITE - COOP P. DE LEITE DO VALE DO PIRANHAS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2.000	235.478,00
8º	04861283000117	AVICOLA AZEVEL LTDA-ME	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	2.000	224.121,34
9º	01358109000168	GRANJA JOAVES LTDA.	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.360	111.896,00
10º	08696562000123	KIMILHO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.000	107.100,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>25.348</b>	<b>4.109.750,34</b>

Fonte: Dirab/Suope

## Resultado financeiro geral

### Quadro 4.2.3.3 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Arroz e trigo		
		Sacaria (mil unid)	1.021,0	1.070.133,40
	Contrato de Opção	Arroz		
Subvenção	PEP	Sisal e trigo	870,0	78.600,00
	PEPRO	Laranja e trigo		
<b>Total das Aquisições e Subvenções</b>			<b>1.891,0</b>	<b>1.148.733,40</b>
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz, café, feijão, milho, trigo e sisal	1.346,0	1.078.251,25
	Venda em Balcão	Quirera, farelo de arroz e milho	36.550,0	13.947.112,10
Subvenção	VEP	Milho	25.348,0	4.109.750,34
<b>Total das Vendas e Subvenção</b>			<b>63.244,0</b>	<b>19.135.113,69</b>
<b>Resultado Geral</b>			<b>61.353,0</b>	<b>17.986.380,29</b>

Fonte: Fonte: Dirab/Suope - Sureg/pb

Observa-se o volume de venda seja por com subvenção ou sem subvenção no Sureg/PB ultrapassa o volume das aquisições, isso deve-se e muito a falta de produto no mercado, no caso da Paraíba esse produto é o milho.

### 4.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores	10,5	4,13	-
<b>Análise do Resultado:</b> Como advento do venda em Balcão especial o número de cadastro e conseqüentemente de número de pessoas atendidas aumentou consideravelmente.			

## 5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

### 5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

#### Análise sobre os principais resultados do Prohort: número de varejistas cadastrados, número de fornecedores organizados

O banco de informações da Conab/Prohort sobre a comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro base de dados, disponibilizadas no portal do Prohort: [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br).

- **Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos

comercializados nas ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado;

- **Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do Prohort;
- **Siscom:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios;
- **Simab:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem desses produtos e preço médio de comercialização.

**Quadro 5.1.1 - Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas**

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
PB	3	2	2	3	-
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>-</b>

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

**Quadro 5.1.2 - Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros**

Ceasa	Quantidade Vendida (Kg)		Variação (%)	Valor (R\$)		Variação (%)
	2011	2012		2011	2012	
CEASA-PB - Camp Grande	141.567,8	34.133,7	-75,89	179.152.286, 33	40.152.359, 22	-77,59
CEASA-PB - João Pessoa	97.287,5	107.513,7	10,51	114.679.732, 39	133.270.886, 32	16,21
CEASA-PB - Patos	3713,7	34.135,8	819,19	4.067.765, 80	40.390.245, 68	892,93
<b>Total</b>	<b>242.569,00</b>	<b>175.783,20</b>	<b>753,81</b>	<b>297.899.784,52</b>	<b>213.813.491,22</b>	<b>831,55</b>

Fonte: Site [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br)

As três Ceasas acompanhadas na Paraíba apresentaram resultados bem distintos no que diz respeito ao resultado financeiro, pode-se observar que enquanto a de Campina Grande teve uma variação de 75,89% negativa em quantidade vendida e uma queda significativa no volume financeiro negociado, a situada na cidade de Patos teve um aumento significativo, tanto em termos de volume negociado quanto em volume financeiro negociado.

O Prohort é um programa instituído desenvolvido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA e executado pela matriz da Conab em Brasília tendo como objetivos estimular e coordenar a captação de dados relativos ao processo de comercialização dos mercados atacadistas de hortigranjeiros e a integração dos seus respectivos bancos de dados, universalizando as informações; favorecer melhorias nos processos de gestão técnico-operacional e administrativa dos mercados atacadistas; agregar inteligência e conhecimentos tecnológicos gerados pelo desenvolvimento do setor, em âmbito nacional e internacional, para transferência à cadeia produtiva, orientados às necessidades e exigências de mercado; prestar assessorias e consultorias em infra-estrutura física, tecnológica e ambiental aos mercados atacadistas, resguardada a existência de suporte requerido e estimular a interação do setor com as universidades, órgãos de pesquisa e fomento, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e às políticas públicas de abastecimento e de segurança alimentar e nutricional. Todos os programas são desenvolvidos na Matriz, cabendo as Superintendências Regionais apenas dar suporte a esse trabalho.

## 5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

**Análise sobre os principais resultados da Refap: número de varejistas cadastrados, número de Centrais de Negócios formadas**

A Superintendência Regional da Paraíba – Sureg/PB conta com cinco Centrais de Negócios formadas que beneficia cerca de 95 varejistas e procura dar suporte a criação de novas centrais de negócios, assim como a adesão de varejistas as centrais já existentes, em 2012 o REFAP na Paraíba não obteve resultados expressivos, se compararmos como o ano de 2011 o número de varejistas cadastrados diminuiu de 148 para 95 o que revela uma queda de cerca de 35,81% no número total de varejistas cadastrados.

A maior dificuldade em executar o Refap é que assim como o Prohort as estratégias de atuação, bem como os recursos destinados ao programa partem da Matriz deixando apenas a execução do programa para a Superintendência e como nos últimos anos, em virtude de corte de gastos, não houve investimento no programa os resultados pioraram significativamente, principalmente em meados de 2012 quando começaram os esforços para minimizar os efeitos da enorme seca que assola o nordeste.

### 5.3. Principais indicadores de desempenho

<b>Nome do Indicador: Percentual de mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Objetivo do Indicador: Estimar o percentual de mercados atacadistas nacionais de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort.	0,0	66,6	33,3
<b>Análise do Resultado:</b> a Ceasa de João Pessoa foi inserida à base de dados da Conab/Prohort em 2010, e a de Campina Grande e a de Patos, em 2011.			
<b>Nome do Indicador: Evolução de Varejistas Cadastrados em Centrais de Negócios</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução do quantitativo de varejistas cadastrados e filiados às Centrais de Negócios	95	148	144
<b>Análise do Resultado:</b> A diminuição no número de varejistas deve-se a adequação das redes ao número de participantes uma vez que não houve diminuição no número das redes formadas.			

## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

#### Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas

O serviço de armazenagem de produtos de terceiros não faz parte das atribuições da Conab, uma vez que a empresa tem como objetivo no seu estatuto social a guarda de estoques públicos, principalmente para atuar como regulador do mercado, no ano de 2012 tivemos nos armazéns da Conab/PB apenas o alho resultante de um contrato de aluguel com uma empresa chinesa que utiliza o armazém da Conab apenas como apoio logístico para distribuição de seu produto para o mercado Paraibano e Estados circunvizinhos. Segue abaixo demonstrativo das quantidades físicas e financeiras de estoques de terceiros constantes nos armazéns da Conab no âmbito Superintendência Regional da Paraíba em 2012:

**Quadro 6.1.1 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias**

Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
ALHO				110,1	679.794,00
				<b>110</b>	<b>679.794,00</b>

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadoras

Vale ressaltar que o resultado apresentado no quadro acima resulta de um serviço de

aluguel de uma parte do armazém da Unidade Armazenadora de João Pessoa, em que foi feito um contrato de aluguel com a empresas e apenas o espaço do armazém é cedido a empresa, toda parte de mão de obra, encargos, etc, é de responsabilidade da empresa Tassuan Comercio Importação e Exportação LTDA, a mesma paga uma tarifa determinada em contrato.

### Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

Como foi dito no tópico anterior a Sureg/PB não tem responsabilidade sobre o produto armazenado, neste caso o alho advindo da china , importado pela empresa Tassuan Comercio Importação e Exportação LTDA .e armazenado na Unidade Armazenadora de João Pessoa.

### Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

**Quadro 6.1.2 – Resultado dos Serviços de Armazenagem**

<b>Receita de Serviços</b>	<b>90.585,20</b>	-6,61
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-3.638,13	0,27
<b>=Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>86.947,07</b>	-6,35
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	0,00	0,00
<b>=Lucro bruto operacional</b>	<b>86.947,07</b>	-6,35
<b>-Despesas Operacionais</b>	<b>-20.331.473,55</b>	1.484,51
Despesas de Pessoal	-16.283.477,87	1.188,94
Despesas Financeiras	0,00	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	-4.047.995,68	295,57
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>18.874.951,97</b>	-1.378,16
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>0,00</b>	0,00
<b>Resultado</b>	<b>-1.369.574,51</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

Durante o exercício de 2012 o faturamento com os serviços de armazenagem de estoque de terceiros foi de R\$ 90.585,20, apesar da Superintendência ter tido um resultado negativo de R\$ R\$ 1.369.574,51 apurado no fim do exercício. Esse resultado negativo deve-se a própria forma de atuação da empresa uma vez que de acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

## 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

#### Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

**Quadro 7.1.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns**

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
CAMPINA GRANDE	1	7.000			7.000	777	11,1
JOÃO PESSOA	1	8.900			8.900	944	10,6
MONTEIRO	1	3.500			3.500	509	14,6
PATOS	1	2.800			2.800	424	15,1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>22.200</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22.200</b>	<b>2.655</b>	<b>11,96</b>

Fonte: Suarm/Gearm

Como pode-se observar no quadro acima a Conab no Estado da Paraíba conta em sua rede própria com 04 armazéns que juntos tem uma capacidade estática total de 22.200 toneladas, para uma produção de grãos no estado da Paraíba de cerca de 7.800 toneladas distribuídas principalmente entre as culturas de milho, amendoim, arroz, feijão e sorgo. Os armazéns da Conab como pode-se observar tem uma porcentagem de ocupação anual de 11,96%, ocupada em sua maioria por milho que é vendido no programa venda em balcão, esse baixo índice de ocupação se dá principalmente em virtude da baixa produtividade de grãos no Estado, pois a agricultura paraibana apresenta uma produtividade muito baixa e com carácter de subsistência, nível técnico precário, com práticas rústicas e extremamente tradicionais, culturas com baixos investimentos e bastante prejudicada pelas constantes estiagens, pelo baixo índice pluviométrico e pela distribuição irregular das chuvas. Desta forma a Paraíba importa e outro estados os grãos necessários para alimentar grande parte da população, na sua maioria feijão, arroz e milho, estes grãos em especial o milho que é base da dieta do rebanho de leite e corte também é importado de outros estados, em especial do sul e centro-oeste. A partir de meados de 2012 com o advento do venda balcão especial tornou-se necessário estender a abrangência de atuação da Conab no Estado, uma vez que a localização dos armazéns dificultava o atendimento a todas as cidades do Estado, assim foram abertos polos avançados de venda milho em parceria com o Governo do Estado com o intuito de atender um maior número de criadores.

Os polos avançados foram abertos nas cidades de Sousa, Itaporanga e Catolé do Rocha e procuram atender a todo o sertão da Paraíba.

### **Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)**

**Quadro 7.1.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
ARROZ BENEFICIADO TIPO 2		2		197.310	359.853,77
ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2		2		37.320	47.769,60
FEIJAO COMUM CORES TIPO 2		2		68.963	234.315,59
MILHO EM TIPO				5.147.354	5.347.935,39
ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO		-	-	4.910	13.011,50
				<b>5.455.857</b>	<b>6.002.885,85</b>

Fonte: Suope/Gefoc

Pode-se observar que a maior quantidade de produtos estocados é de milho, pois o mesmo é a base da ração animal usada no Estado e é comercializada no programa venda balcão para os criadores cadastrados no programa.

Os outros produtos estocados são em sua maioria destinados a composição de cestas para atender famílias em situações de insegurança alimentar. A composição das cestas é feita em parceria com o MDS e visa atender grupos sociais como acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, indígenas e pescadores artesanais.

### **Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001**

Pode-se afirmar que a Rede, como um todo, encontra-se em estado regular de conservação, ou seja, opera dentro das possibilidades dessas estruturas construídas há mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas). Pode-se perceber que os serviços de manutenção executados nada tem haver com melhorias na estrutura dos armazéns ou mesmo de

adequação as melhores praticas de estocagem praticadas atualmente, mas sim em pequenos reparos necessários para que o serviço oferecido continue sendo oferecido.

**Quadro 7.1.3 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras**

Unidade Armazenadora	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
UA João Pessoa	Aquisição e substituição de transformador		12.000,00			<b>12.000,00</b>
	Aquisição de peças p/ reposição na esteira	880,00				<b>880,00</b>
UA Campina Grande	Serviço de aferição da balança rodoviária	1.482,80				<b>1.482,80</b>
	Aquisição lona plástica (Catolé do Rocha)			960,00		<b>960,00</b>
UA Monteiro	Aferição da balança rodoviária	1.410,40				<b>1.410,40</b>
<b>Total</b>		<b>3.773,20</b>	<b>12.000,00</b>	<b>960,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.733,20</b>

Fonte: Siafi

**d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009**

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu o cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, quando deverão ser certificadas as primeiras 5 unidades, os armazéns da Conab no Estado da Paraíba tem seu cronograma definido detalhado nos quadros a seguir:

**Quadro 7.1.4- Certificação da Unidades Armazenadoras Própria**

**CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014**

JOÃO PESSOA – PB		
<b>Capacidade estática: 8.999</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Terminal</b>
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		1.325.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		165.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.573.000,00</b>

**CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2015**

CAMPINA GRANDE – PB		
<b>Capacidade estática: 6.318</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		55.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de combate a incêndio		165.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>353.000,00</b>

  

MONTEIRO – PB		
<b>Capacidade estática: 3.861</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
Obras		Custos

Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00	
Pavimentação	50.000,00	
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00	
Sinalização de trânsito	3.000,00	
Sistema de combate a incêndio	135.000,00	
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>288.000,00</b>	
<b>PATOS – PB</b>		
<b>Capacidade estática: 3.150</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>
Local para guarda de Agrotóxico	35.000,00	
Pavimentação	50.000,00	
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000,00	
Sinalização de trânsito	3.000,00	
Sistema de combate a incêndio	135.000,00	
Sistema de Movimentação de Produto	20.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>288.000,00</b>	

**Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado**

**Quadro 7.1.5 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda**

Armazéns Cadastrados		Produção – safra 2011/12		Demanda %
Quantidade UA	Capacidade Estática ( ton)	Produto	Quantidade (mil ton)	
25	92,9	Amendoim	0,2	8,4
		Arroz	0,2	
		Feijão	2,9	
		Milho	4,2	
		Sorgo	0,3	
<b>Total Produção</b>			<b>7,800</b>	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

A baixa demanda em comparação com a capacidade estática dos armazéns se dá principalmente em virtude da baixa produtividade de grãos no Estado, uma vez que em termos de agronegócio a Paraíba não ocupa lugar de destaque, a agricultura paraibana apresenta uma produtividade muito baixa e com carácter de subsistência, nível técnico precário, com práticas rústicas e extremamente tradicionais, culturas com baixos investimentos e bastante prejudicada pelas constantes estiagens, pelo baixo índice pluviométrico e pela distribuição irregular das chuvas, a maior demanda é do milho que é a base da alimentação do rebanho do estado.

**Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador**

As ações de capacitação encontram-se atualmente suspensas, as principais causas da suspensão são: a necessidade de implementação de novos controles, como feedback do participante e a redefinição do público-alvo beneficiado com o treinamento.

Outro ponto é a regularização administrativa do CENTREINAR, órgão responsável pela execução da ação por meio de Convênio Conab e a FUNARBE.

Deste modo a retomada da ação depende da regularização de todos esses pontos e não há uma data definida para a retomada da ação.

## 7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

### Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos

A atividade objetiva a realização in loco de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques - Sufis que, mediante programação anual, coordena todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc.

Na Superintendência Regional da Paraíba conta-se com um quadro físico de 11 fiscais lotados em sua maioria no Setor de Operações e Programas Institucionais - SEOPI e Setor de Apoio a Logística e Gestão da Oferta - SEGEO, com exceção de apenas três fiscais que compõem o quadro das unidades armazenadoras de João Pessoa e Monteiro.

O número de fiscais alocados na Sureg/PB é pequena para atender a todas as demandas existentes, principalmente na operacionalização do PAA e para fiscalização de programas institucionais como PEP e VEP, tendo muitas vezes que um fiscal ficar responsável por várias fiscalizações em um mesmo momento dificultando assim o bom desempenho e a perfeita execução da atividade.

Vale ressaltar que além de atuarem nas demandas da Superintendência é comum fiscais lotados na Sureg/PB serem requisitados para participar de atividades de fiscalização em outros Estados da federação em virtude do número reduzido de fiscais preparados para atender a demanda Nacional, principalmente quando a grandes remoções de milho, como as que estão ocorrendo desde meados de 2012 para atender os Estados do Nordeste atingidos pela seca.

A grande dificuldade nessa atividade é preparar o fiscal, uma vez que a atividade exige treinamento contínuo e dedicação quase que exclusiva, deste modo o quadro reduzido da Conab, principalmente de empregados com o grau de escolaridade exigido para desenvolver a atividade, acaba que dificultar o bom posicionamento do quadro de fiscais da Companhia.

### **Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos**

Na Conab/PB no exercício de 2012 foi verificada apenas uma divergência entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos

fiscais, foram 3.800 kg perdidos na Unidade Armazenadora de Patos, deste modo foi aberto um processo para averiguação do ocorrido

No período não foram registrados desvios.

**Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos**

A Sureg/PB tem R\$ 146.245,58 a receber do porto de cabedelo em virtude de perdas verificadas numa operação de trigo realizada no ano de 1996, o encontra-se com status de ajuizado, mas este valor ainda não foi recuperado pela Conab.

**7.4. Principais indicadores de desempenho**

Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	24,58	22,94	-
<b>Análise do Resultado:</b> A falta de produção do Estado acaba por limitar a utilização dos Armazéns Próprios da CONAB que estocam mercadorias para atender apenas programas institucionais como o PROVB.			

## 8. GESTÃO TECNOLÓGICA

### 8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### **Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Quanto ao parque tecnológico da Sureg/PB vale ressaltar que somos abastecidos constantemente com computadores estilo desktop enviados pela Matriz com intuito de modernizar e atender a demanda dos empregados da Sureg/PB, mas apesar dos esforços despendidos pela Matriz em prover as Superintendências de equipamentos de boa qualidade, os computadores novos geralmente apresentam incompatibilidade de software com a rede utilizada pela Companhia, gerando assim problemas de utilização, além da dificuldade de tratar o gerenciamento da informação, com um bom desenvolvimento de segurança da informação uma vez que não houve por parte da área responsável uma vistoria no local destinado ao servidor local da Sureg/PB com intuito de antecipar possíveis problemas com perdas de informações relevantes, restrição de acesso ao espaço destinado ao servidor, backup eficiente da informações e mesmo a utilização de um servidor localizado em outro espaço físico para evitar a total inércia das atividades da empresa em caso de problemas com o servidor local, ou mesmo em caso de dano causado por incêndio ou inundações.

Na Sureg/PB há apenas um técnico treinado pela matriz para atender a demanda de instalação de softwares, manutenção na rede de servidor local e manutenção em computadores e impressoras, com instalação e preparação para a boa utilização dos mesmos. Além de haver pouco incentivo da área de treinamento para promover cursos que facilitem o acesso dos empregados ao mundo da informática.

## 9. GESTÃO ESTRATÉGICA

### 9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas.

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

## **10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES**

### **10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil**

#### **Principais trabalhos produzidos com ênfase no público alvo e impactos nas cadeias produtivas**

As atividades de previsão de safras, o mapeamento da rede armazenadora nacional e das Usinas de açúcar e álcool, a logística de escoamento e localização de estoques, entre outros serviços relacionados com as competências e atribuições da Companhia, têm o suporte da geotecnologia para consecução de seus produtos. Esse suporte é dividido em duas frentes, que constituem os projetos Geosafras e SigaBrasil.

No SigaBrasil, a Conab realiza o mapeamento de diversas informações do setor agropecuário, relacionando-as com parâmetros econômicos e ambientais. A análise dos mapas temáticos e das figuras geradas em sistemas de informação geográfica possibilita um melhor entendimento da estrutura da cadeia produtiva e facilita o estudo dos sistemas de logística, além da interpretação dos possíveis impactos das atividades agropecuárias ao meio ambiente.

No âmbito da Sureg/PB podemos destacar o mapeamento das usinas de cana-de-açúcar uma que o Estado é um dos grandes produtores do Brasil, destaca-se também o mapa da produção de Álcool e Biodiesel em que a Sureg/PB também tem grande participação subsidiando a área com dados sobre o levantamento de cana-de-açúcar.

#### **Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa**

O Projeto SigaBrasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da Conab (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia, vinculados ao Projeto Geosafras.

#### **Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas**

A Sureg/PB limita-se apenas ao levantamento de dados sobre a produção de cana-de-açúcar, sisal e grãos, a análise dos dados e posterior formulação dos mapas e mesmo a escolha dos dados que serão utilizados é de responsabilidade da área específica da Matriz.

## 11. GESTÃO DE PESSOAS

### 11.1. Alocação de Servidores

**Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados**

Na Sureg/PB procura-se adotar uma política de alocação de recursos humanos baseada na experiência profissional e acadêmica, além da adequação do perfil do empregado a necessidade exigida para o cargo. A política adotada tanto no caso quanto dos empregados concursados, quanto dos empregado oriundos das empresas que originaram a Conab, procurando alocar cada empregado de acordo com o cargo/função para o qual prestou concurso ou ao qual pertence e caso haja necessidade de mudança de área em virtude da necessidade cada vez mais latente de pessoal, procura-se capacitar o empregado para atuar naquela área, deve-se lembrar também que no caso do último PCCS/2009 os cargos ficaram definidos de tal forma que os analistas podem desempenhar várias funções, podendo assim atuar em várias áreas bastando para isso adequar a função referente uma vez que o cargo permanece o mesmo, isso replica-se para os assistentes e auxiliares bastando apenas possuir o enquadramento necessário para desempenhar a função.

No caso dos cargos e funções de confiança, bem como nas gerências procura-se seguir uma hierarquia, no caso dos cargos de confiança o funcionário que se destaca no desempenho das tarefas a ele atribuídas bem como na participação de eventos, treinamentos realizados, isso ligado a sua formação profissional e a capacidade do empregado em lidar com conflitos, pois as áreas possuem objetivos diferentes apesar de pertencerem a mesma Gerencia. Para ocupar a gerência o empregado deve conhecer bem pelo menos uma das áreas abrangidas por ela, bem como já ter sido encarregado de um dos setores que dela fazem parte, além de ter um perfil conciliador, uma vez que a administração de conflitos e constante e a interação entre as gerencias é condição sine qua non para o bom andamento das atividades desenvolvidas pela Superintendência, bem como a capacidade de orientar e direcionar ações para a melhoria do trabalho, pois por muitas vezes o intenso fluxo de trabalho nos setores não privilegia a análise profunda dos processos pelo encarregado do setor cabendo assim ao gerente de área tal tarefa, deste modo o mesmo deve estudar constantemente os normativos e leis necessárias para complementação das análises e mesmo para uma reanálise dos processos pertencentes aos setores componentes da gerencia.

Deve-se lembrar que na Conab não existe concurso interno para provimento de cargos de confiança, assim essa análise é discricionária e feita pelo superintendente. Como a Sureg/PB está com sérios problemas de falta de pessoal, a alocação dos empregados muitas vezes segue a lógica da necessidade, setores em que o volume de trabalho e a urgência na finalização dos mesmo é maior acaba sendo privilegiado em detrimento de outras áreas que acabam sobrecarregadas o que acaba por dificultar o andamento equilibrado do trabalho.

### 11.2. Comunicação na Instituição

**Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição**

Na Sureg/PB utiliza-se vários canais para divulgação de notícias relevantes ao corpo funcional, bem como de comunicação entre áreas e setores da empresa. O e-mail e o quadro de notícias são os meios mais rápidos e diariamente a área de comunicação da Sureg/PB utiliza-se destes meios de comunicação para manter o corpo funcional informado do que acontece na companhia. A área de comunicação envia para o e-mail de todos os funcionários o Notícias do Dia, que é um resumo em forma de jornal digital do que mais importante aconteceu e os eventos dos quais a Sureg/PB fez parte, esse informativo também é disponibilizado no quadro de avisos para

que tanto o público interno quanto o público externo que venha a visitar a Superintendência tenham acesso.

O mesmo meio é utilizado quando a área de recursos humanos recebe alguma notícia que interessa a todos. O resumo da notícia é enviada à área de comunicação de providencia sua afixação no quadro de avisos ou passo que envia um e-mail a todo corpo funcional contendo a notícia em questão.

### **Público interno**

Internamente utilizamos para transmitir informações importantes para a companhia os seguintes veículos:

**Notícias do Dia** – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (Notícia do Dia Regional) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

**Correio Eletrônico** – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

**Intranet** - este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

### **Público externo**

Para garantir a transparência na sua forma de atuar, a Conab utiliza-se para informar o público externo de suas atividades desenvolvidas, além de relatar toda a sua história, formação, objetivos, planejamento, ações desenvolvidas, a internet que é um veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

### **11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho**

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação - Sutin para tabulação.

Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

No âmbito da Sureg/PB não há uma ação formal de estudo do clima organizacional,

uma vez que todas as políticas de Recursos Humanos são tratadas na Matriz, o que acontece em nível de Sureg é uma procura em transmitir a informação de forma clara e que atinja todo o corpo funcional não dando espaço para informações inverídicas ou mesmo boatos infundados, procura-se também manter livre acesso aos gestores, de forma que o corpo funcional possa interagir constantemente com o Superintendente e Gerentes de Área.

#### 11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

##### **Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras**

A Sureg/PB não possui uma área especializada em treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos, todo planejamento é feito pela matriz em Brasília, restando a Sureg/PB por meio do Setor Administrativo e de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE que é gerenciado pela Gerência Financeira Administrativa – GEFAD verificar as necessidades de treinamento da Sureg/PB e procurar junto a Matriz viabilizar os recursos financeiros necessários para que o treinamento pleiteado venha a acontecer. O grande desafio para que aconteçam mais ações de treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos ou mesmo para manter um programa constante de treinamento é a falta de um orçamento específico para esse fim, uma vez que é preciso procurar eventos que venham a acontecer em mais de trinta dias, tempo suficiente para que o processo relativo ao treinamento seja enviado a Matriz, aprovado pela mesma e que o recurso seja disponibilizado para a realização do evento, além disso a maioria dos cursos são oferecidos por instituições que se encontram em outros estados da federação e as restrições orçamentárias dificultaram a movimentação de empregados para os Estados vizinho, outro entrave é a dificuldade em achar instituições que estejam em regularidade fiscal, tanto em âmbito federal, como Municipal e Estadual.

Ainda assim no exercício de 2012 foram realizados 17 treinamentos, com 30 empregados treinados, os eventos aconteceram na sua maioria no centro de treinamento de recursos humanos – CDRH na matriz em Brasília.

A Sureg/PB conta desde do junho de 2012 com quatro jovens que fazem parte do programa menor aprendiz, são dois jovens na área GEFAD e dois jovens na GEOSE, sendo um deles destinado a Unidade Armazenado de João Pessoa. O programa tem como público alvo jovens entre 14 a 21 anos e 11 meses que estejam, obrigatoriamente, matriculados e frequentando a escola, caso não tenham concluído o ensino médio, e inscritos no Programa de Aprendizagem ( caput e § 1º do Art. 428 da CLT). A idade máxima prevista neste item não se aplica a aprendizes portadores de necessidades especiais.

O programa pressupõe vínculo do jovem através de um contrato de aprendizagem, que deverá ser realizado entre o jovem e **REPASI**, de 5 (cinco) dias por semana 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, não excedendo 20 (vinte) horas semanais, sendo 4 (quadro) dias na Conab e 1 (um) dia na **instituição formadora**, em horários compatível no contraturno escolar, os quais serão definidos junto à Conab, salvo particularidades regionais autorizadas pelas SRT's locais.

## 11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

### Composição do quadro de servidores ativos

**Quadro 11.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregados em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>0</b>	<b>200</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	200	2	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	200	2	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>200</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: Dige/Sugep

A Sureg/PB contava até o final de 2012 com 200 empregados, sendo 75 cedidos e o restante em efetivo exercício na Superintendência e unidades armazenadoras. Vale ressaltar que grande parte da força de trabalho é composta por empregados anistiados por força da Lei n.º 8.878/94 e por decisões judiciais emanadas da mesma, assim dos 200 empregados cerca de 138 retornaram a Companhia por força de Lei.

Em comparação com o exercício de 2011 a Sureg/PB teve o acréscimo de três empregados, tendo em vista que em 2011 contabilizava-se 197 empregados, esse aumento deve-se ao retorno de empregados por força da lei da anistia, Lei n.º 8.878/94, bem como por transferências de empregados de outros Estados, no caso do exercício de 2012 a Sureg/PB recebeu um empregado oriundo da Sureg/CE.

**Quadro 11.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>74</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Cedidos Lei Lei n.º 10.470 de 25/06/2002 e Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001)	74
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>75</b>

Fonte: Dige/Sugep

A Sureg/PB conta com 75 empregados que estão cedidos ou que foram requisitados por outros órgãos, destes grande número possuem idade avançada tendo média de idade de 59 anos e tem um baixo nível de escolaridade pertencendo a categoria de ASG – Auxiliar de Serviços Gerais, ainda assim alguns poderiam ser aproveitados dada a necessidade de pessoal em que a Superintendência se encontra.

O possível aproveitamento esbarra na falta de espaço físico enfrentada pela Sureg/PB que foi projetada inicialmente para 55 empregados e que já conta com um quadro de 63 empregados, desse modo o perfil arquitetônico do prédio em que está situada a Sureg/PB dificulta um aproveitamento mais significativo daqueles empregados que estão cedidos, mas que por ventura poderiam ser aproveitados pela Companhia.

**Quadro 11.5.3 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>21</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		16	19	21
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>21</b>

Fonte: Digep/Sugep

A designação para exercer função gratificada, Encarregado de setor e Gerente de Área, segue a mesma política adotada para alocação de empregados nas áreas da Superintendência, cargo/função compatível com a área para qual será nomeado, experiência de trabalho na área ou em ações relativas ao setor, bem como perfil compatível com as atividades que vai desempenhar.

**Quadro 11.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>1</b>	<b>27</b>	<b>107</b>	<b>37</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	1	27	107	37	
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas	4	11	10	3	
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>38</b>	<b>117</b>	<b>40</b>	<b>0</b>

Fonte: Digep/Sugep

Como pode-se perceber no quadro acima a maioria dos empregados da Sureg/PB, 147 empregados tem entre 50 e 60 anos de idade, o que dificulta uma execução mais eficaz das atividades fins da companhia, uma vez que essas atividades envolvem longas viagens, disposição física, bem como um maior dispêndio de tempo longe dos familiares. Para lidar com situação de forma que as atividades da Companhia não sejam comprometidas, procura-se alocar os empregados com mais idade na área meio, ou seja, na área administrativa ou mesmo em setores pertencentes a área operacional, mas exercendo um trabalho interno e dosando a restrição da idade com viagens mais curtas.

A inclusão do empregado nas atividades desenvolvidas pela área o motiva a continuar dando o seu melhor, bem como o desenvolvimento de atividades externa acompanhado de outro técnico faz com que ele mantenha o foco na atividade que está participando, minimizando assim o efeito desmotivador que a limitação pela idade poderia ocasionar.

**Quadro 11.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>38</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>73</b>	<b>0</b>	<b>24</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira		7	3	38	16	4	73		24
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>11</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas					2		9		11
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>38</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>82</b>	<b>0</b>	<b>35</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Dige/Sugep

Pelo quadro exposto percebe-se que 141 empregados estão na faixa de analfabetos a segundo grau ou técnico e que nas funções gratificadas dos 28 empregados 17 estão na faixa de Nível Superior ou Pós graduados.

Considerando a natureza técnica da maioria das atividades desenvolvida pela Companhia e a necessidade de empregados com um nível de escolaridade compatível com as funções gratificadas, o número excessivo de empregados com baixo nível de escolaridade aparece como um desafio, ou mesmo um paradigma a ser vencido e isso virá apenas com a renovação da força de trabalho e a adequação dos mesmos a escolaridade mínima exigida pela companhia.

**Composição do quadro de estagiários**

**Quadro 11.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	52.654,83
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>52.654,83</b>

Fonte: Dige/Sumoc

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

**Quadro 11.5.7– Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012									0,00	
	2011									0,00	
	2010									0,00	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	7.695.689,20	-	-	-	400.504,00	1.646.215,48	-	273.048,62	-	10.015.457,30
	2011	8.059.615,58	-	-	-	193.549,00	1.651.448,52	-	-	-	9.904.613,10
	2010	9.198.989,40	-	-	-	310.616,00	1.594.699,14	-	237.971,86	-	11.342.276,40
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012										0,00
	2011										0,00
	2010										0,00
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	2.476.714,49	-	51.844,32	-	6.078,00	780.700,63	-	66.621,45	-	3.381.958,89
	2011	2.704.861,13	-	44.759,20	-	14.215,00	798.459,87	-	2.597,52	-	3.564.892,72
	2010	3.330.987,58	-	-	-	-	914.333,57	-	70.433,68	-	4.315.754,83
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012										0,00
	2011										0,00
	2010										0,00
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012										0,00
	2011										0,00
	2010										0,00
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012	1.722.972,34	-	695.031,22	-	45.599,00	276.652,94	-	122.189,08	-	2.862.444,58
	2011	3.197.715,24	-	839.336,66	-	213.083,90	344.756,90	-	9.245,52	-	4.604.138,22
	2010	4.413.347,90	-	1.012.412,60	-	84.406,00	492.581,08	-	121.922,44	-	6.124.670,02
<b>TOTAL</b>											
	2012	11.895.376	0	746.876	0	452.181	2.703.569	0	461.859	0	16.259.861

Fonte: Digep/Sugep

Vale ressaltar que no quadro acima os custos não somam os Encargos Sociais (FGTS, INSS, Seguro de Vida, Salário Educação, Senac, Sesc, Sebrae, etc)

Observando o quadro percebemos uma evolução nos gastos com pessoal uma vez que em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg/PB foi de R\$13.962.191,95 e em 2012 esse gasto passou para R\$ 16.259.861,00. Esse aumento deve-se a aumento do quadro pessoal, a evolução salarial do quadro de pessoal seja por promoções por antiguidade ou por ações ganhas na justiça no trabalho.

Percebe-se também que o valor pago a ocupantes de funções gratificadas que é de R\$ 2.862.444,58 em relação ao valor do total gasto representa 17,60%, bem como que em relação ao custo total com pessoal da Conab a Sureg/PB representa 0,76%.

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

**Quadro 11.5.8 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante																
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento																
UG/Gestão: 135100 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0388-20						
Informações sobre os contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores		
					Início	Fim	F		M		S			P	C	
							P	C	P	C	P	C				
2011	L	O	21221.000710	10.548.761/0001-36	31/05/13	30/05/13	1	-	-	-	-	-	A	1	1	2012
208	V	O	21221.000269	09.222.175/0001-18	07/10/13	06/10/13	11	-	-	-	-	-	A	11	11	2012

**Observações:**  
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado

Fonte: GEFAD/SEADE/PB

**Quadro 11.5.9 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante																
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento																
UG/Gestão: 135100 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0388-20						
Informações sobre os Contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.			
					Início	Fim	F		M		S					
							P	C	P	C	P	C				
2009	12	O	21.221.0004971/2009-88	Serplan	01/03/13	28/02/14										A

**Observações:**  
**LEGENDA**  
**Área:**  
 1. Segurança;  
 2. Transportes;  
 3. Informática;  
 4. Copeiragem;  
 5. Recepção;  
 6. Reprografia;  
 7. Telecomunicações;  
 8. Manutenção de bens móveis;  
 9. Manutenção de bens imóveis;  
 10. Brigadistas;  
 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;  
 12. Outras  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: GEFAD/SEADE/PB

As empresas foram contratadas via Pregão eletrônico e tem seus contratos renovados anualmente até o limite permitido. O contrato da empresa de vigilância vence no exercício 2013, de forma que a Sureg/PB já está providenciando um novo processo licitatório.

**Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal**

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CL T não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

A Sureg/PB assim como a Conab como um todo tem um quadro efetivo envelhecido, tendo dentre seus empregados uma média de idade dentro da empresa de cerca de 59 anos, deste

modo estão sendo traçadas ações de recomposição do quadro funcional com realização de concursos públicos e a composição de um plano de demissão voluntária que tem como alvo empregados aposentados que continuam trabalhando na Companhia.

### Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

<b>Nome do Indicador:</b> Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO.	23	22,34	14,63
<b>Análise:</b> O número de exames realizados cresceu desde 2010 e estabilizou em 2011 e 2012, a CONAB está buscando alternativas para melhorar o percentual de exames realizados.			
<b>Nome do Indicador:</b> Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	8,5	8,63	8,85
<b>Análise:</b> Verifica-se que ao longo dos anos o percentual manteve-se estável o número deve aumentar apenas com a renovação da força de trabalho da empresa e o ingresso de novos empregados			

### 11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

**Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.**

A Sureg/PB procura por meio de constante atualização dos registros trabalhistas do quadro efetivo, identificar possíveis casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, mas é importante ressaltar que somos uma Companhia e deste modo o corpo funcional é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, deste modo procuramos identificar casos em que existem jornadas de trabalho incompatíveis e notificamos o empregado para prestar explicações.

No ano de 2012 não existiram no âmbito da Sureg/PB processos disciplinares a cerca de acumulação indevida de de cargos.

### 11.7. Previdência Complementar (Cibrius)

**Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS**

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Conab/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

### Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

### Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Na Sureg/PB são 47 participantes ativos do CIBRIUS, com isso o valor total de contribuições é de R\$ 370,646,24 que representa cerca de 2,44% do valor total pago por todos os contribuintes do CIBRIUS a nível nacional.

O total de participantes só não é maior porque a Sureg/PB conta com muitos empregados que retornaram a empresa via Lei n.º 8.878/94 (lei da anistia) e se deparam com valores de ingresso (joia) muito altos, bem como o não ingresso no plano dos empregados contratados recentemente via concurso público, por conta também do valor da joia e porque muitos já contavam com planos de previdência complementar.

### Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora Conab

O valor pago pela Conab é praticamente igual ao valor pago pelos empregados uma vez que o sistema é de um por um, ou seja o empregado paga 50% do valor da contribuição e a Companhia entra com os outros 50%. Assim foi pago pela Conab valores referentes aos 47 empregados participantes o valor de R\$ 372.700,71.

### Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

O valor pago pelo CIBRIUS em razão de pagamento de benefícios a 39 beneficiários é de R\$ 272.698,16.

**Resultado financeiro do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

### Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	Ibr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/nº 007, de 29/01/2013.

<b>CARTEIRA GERAL</b>			
<b>Rentabilidade</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
<b>Resultado</b>			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

**Demonstrativo da posição das aplicações do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

<b>Demonstrativo de Investimentos X Enquadramento</b>						
<b>Plano de Benefício Definido – PBD</b>						
Discriminação	Esp. Tipo	Qtde	Dez/2012			
			Valor (R\$)	% Enquadramento		
				Atual	P.L	Res 3.792
<b>RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)</b>			<b>677.910.254,73</b>	<b>100,00</b>		
<b>SEGMENTO RENDA FIXA</b>			<b>566.987.931,58</b>	<b>83,64</b>	<b>70 a 100</b>	<b>0 a 100</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS</b>			<b>299.259.476,95</b>	<b>44,14</b>		
<b>NOTAS DO TESOUREO NACIONAL</b>			<b>299.259.476,95</b>	<b>44,14</b>		
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/02/2011 a 15/08/2014	NTN-B	6.410	14.450.743,14			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 16/03/2011 a 15/08/2014	NTN-B	11.050	24.864.160,88			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/04/2008 a 15/05/2013	NTN-B	6.200	13.789.769,63			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/08/2008 a 15/05/2013	NTN-B	3.000	6.663.268,31			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 14/01/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.350	5.210.929,79			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 18/03/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.550	6.206.695,36			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/05/2009 a 15/08/2020	NTN-B	19.500	52.628.670,60			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2014	NTN-B	29.350	65.903.157,78			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2016	NTN-B	19.550	43.603.661,24			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/06/2011 a 15/08/2016	NTN-B	4.800	10.677.323,84			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/02/2012 a 15/08/2022	NTN-B	2.200	6.057.598,72			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/04/2012 a 15/08/2022	NTN-B	2.050	5.644.580,63			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/12/2008 a 15/05/2013	NTN-B	10.400	23.045.685,00			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/07/2012 a 15/08/2022	NTN-B	3.850	10.600.797,76			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/08/2012 a 15/08/2022	NTN-B	3.600	9.912.434,27			
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>			<b>267.728.454,63</b>	<b>39,49</b>		
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>			<b>267.728.454,63</b>	<b>39,49</b>		
<b>LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA</b>			<b>43.895.850,13</b>			
LFS ITAU - 16/08/2012 a 16/08/2018	LFS	40	22.092.067,28			
LFS BRADESCO - 16/08/2012 a 16/08/2018	LSF	40	21.803.782,85			
<b>QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			<b>102.093.482,07</b>	<b>15,06</b>		
Banco do Brasil S/A - Institucional Federal	FI	7.886.950,66	17.542.370,71			
Banco Itaú S/A - Institucional Active Fix IB	FI	51.044,88	22.888.832,15			
BRB FICFI RF 300 MIL	FI	1.821.756,99	3.018.732,58			
HSBC FI Regimes de Previdência	FI	6.598.620,14	10.333.908,30			
Voto Allocated Inflação RF	FI	6.275.273,32	10.199.349,45			
Icatu Van IPC	FI	3.183.574,87	5.001.967,67			
Banco Itaú S/A - Institucional Inflação	FI	674.913,62	11.543.067,97			
BTG Pactual IPCA	FI	3.363.938,43	9.257.520,77			
BCSUL - VERAX 5SE	FIDC	928,79	6.702.113,50			
BMG Créditos consignados VIII - 4ª Série	FIDC	4.979,00	5.605.618,97			
<b>DEPOSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL (DPGE)</b>			<b>121.739.122,43</b>	<b>17,96</b>		<b>0 a 80</b>
BANCO BRJ S/A - 28/12/2010 a 28/12/2015	DPGE	5.000	6.482.882,78			
Banco Schahin S/A - 07/05/2009 a 02/04/2014	DPGE	4.000	6.041.166,15			
Banco Schahin S/A - 21/01/2010 a 21/01/2015	DPGE	4.000	5.788.856,07			
Banco BMG S/A - 11/09/2009 a 11/09/2014	DPGE	8.000	12.177.511,20			
Banco BMG S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	6.000	9.084.482,45			
Banco Sofisa S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	8.000	12.057.589,69			
OMNI S/A Crédito Financiamento e Investimento - 19/10/09 a 19/10/14	DPGE	10.000	15.114.419,65			
Banco Máxima S/A - 19/11/2009 a 19/11/2014	DPGE	9.000	13.479.621,53			
PORTOCRED Financeira - 12/05/2010 a 12/05/2015	DPGE	8.000	10.948.563,10			
BARIGUI FINANCEIRA S/A - 18/11/2010 a 18/11/2015	DPGE	6.000	8.669.954,10			
DACASA FINANCEIRA - 17/11/2011 a 17/11/2016	DPGE	10.000	11.442.838,43			
BANCO RURAL - 17/08/2012 a 17/08/2015	DPGE	5.000	5.225.618,64			

<b>TÍTULOS DE EMPRESAS</b>			<b>735.047,00</b>	<b>294,84</b>		<b>0 a 80</b>
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEL</b>			<b>735.047,00</b>	<b>294,84</b>		
Debêntures HOPI HARI	DEB	1.200	735.047,00			
<b>SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL</b>			<b>52.167.879,11</b>	<b>7,70</b>	<b>4 a 20</b>	<b>0 a 70</b>
<b>AÇÕES</b>			<b>26.809.780,94</b>	<b>3,95</b>		
<b>COMPANHIAS ABERTAS</b>			<b>26.809.780,94</b>	<b>3,95</b>		
América Latina Logística - ALLL3	ON	30.000	249.300,00			
Ambev - AMBV4	PN	20.000	1.711.600,00			
Bradesco - BBDC4	PN	70.000	2.461.900,00			
Brasil Foods - BRFS3	ON	51.000	2.151.690,00			
BMFBovespa S.A. Bolsa de Valores - BVMF3	ON	30.000	420.000,00			
Companhia Energética de Minas Gerais - CMIG3	ON	87.500	1.916.250,00			
Companhia Paranaense de Energia - CPLE6	PNB	10.600	336.020,00			
Companhia Siderúrgica Nacional - CSNA3	ON	46.000	545.560,00			
Eletrobrás - ELET6	PNB	50.000	524.000,00			
Fibria - FIBR3	ON	2.730	61.616,10			
Aes Tiete - GET14	PN	20.000	471.800,00			
Gerdau - GGBR4	PN	28.000	502.040,00			
Itaúsa - ITSA4	PN	76.230	738.668,70			
ItaúUnibanco - ITUB4	PN	65.000	2.170.350,00			
Lojas Americanas - LAME4	PN	26.058	477.643,14			
Minasfer S/A - MNC05	PNA	500.000	65.905,00			
MRV - MRVE3	ON	126.000	1.509.480,00			
Petrobrás - PETR3	ON	120.000	2.346.000,00			
Petrobrás - PETR4	PN	200.000	3.904.000,00			
Usiminas - USIM5	PNA	44.000	563.200,00			
Vale - VALE5	PNA	75.000	3.065.250,00			
Telefônica Brasil - VIVT4	PN	7.092	347.508,00			
Weg - WEGE3	ON	10.000	270.000,00			
<b>QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES</b>			<b>18.746.779,68</b>	<b>2,77</b>		
Bradesco IBX-ATIVO	FIA	265.155,67	3.030.815,48			
BTG Absoluto Institucional FIA	FIA	3.282.891,27	5.141.568,45			
Fator Prisma Institucional	FIA	23,08	36.541,48			
JGP Institucional FIA	FIA	32.465,52	5.232.729,72			
Itaú RPI Ações	FIA	3.788.719,77	5.305.124,55			
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS</b>			<b>6.611.318,49</b>	<b>0,98</b>		
Debêntures COMANCHE	DEB	4.967.391	6.611.318,49			
<b>SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>			<b>12.621.630,66</b>	<b>1,86</b>	<b>0 a 10</b>	<b>0 a 20</b>
<b>QUOTAS DE FUNDO IMOBILIÁRIO</b>			<b>12.621.630,66</b>	<b>1,86</b>		
Mercúrio DT VM S/A (Fundo Hermes)	FII	3.028	4.796.675,16			
Ricci e Associados - Engenharia e Comércio LTDA (Memorial Office)	FII	35.649	7.824.955,50			
<b>SEGMENTO DE IMÓVEIS</b>			<b>30.861.920,50</b>	<b>4,55</b>	<b>0 a 8</b>	<b>0 a 8</b>
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>			<b>30.861.920,50</b>	<b>4,55</b>		
<b>EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO</b>	<b>IMOV</b>		<b>2.464.626,13</b>	<b>0,36</b>		
SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 SALAS 101 À 302 - BSB - DF	IMOV	1	2.464.626,13			
<b>EDIFICAÇÕES PARA RENDA</b>			<b>16.458.869,37</b>	<b>2,43</b>		
SHN Q. 02 Lojas 142 e 150 Garvey Park - BSB - DF	IMOV	1	271.419,73			
CENT. COM. Lt 24/25 Quadra 4c SIA - BSB - DF	IMOV	1	1.881.154,71			
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 - BSB - DF	IMOV	1	743.553,58			
SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 TÉRREO E SUBSOLO - BSB - DF	IMOV	1	4.885.553,30			
Centro Século XXI - Curitiba - PR	IMOV	1	8.677.188,05			
<b>INVESTIMENTO EM SHOPPING CENTER</b>			<b>11.938.425,00</b>	<b>1,76</b>		
Conjunto Nacional de Brasília - Setor de Diversões Norte - BSB - DF	IMOV	1	11.938.425,00			
<b>SEGMENTO OPERAÇÕES COMPARTICIPANTES</b>			<b>735.047,00</b>	<b>2,09</b>	<b>0 a 15</b>	<b>0 a 15</b>
<b>EMPRÉSTIMOS</b>			<b>735.047,00</b>	<b>2,09</b>		
Simplex / Emergência	EMPR		14.179.163,05			

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

**Análise das conclusões do parecer atuarial anual do CIBRIUS** (objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e consequente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

*Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, Conab e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:*

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;*
- b) implantação imediata de novo plano;*
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;*
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e*
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”*

*Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”*

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à Conab por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora Conab e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

## 12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

### 12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 12.1.1 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido	-	-	25.000.000,00	16.423.067,92	
		011F	2829 - Recuperação Rede Própria	Unid Modernizada	3	3	92.153,26	15.773,20	
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	75	166	80.000,00	41.740,28	
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	6	6	25.000,00	14.573,95	
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponib	-	-	0,00	6.489,95	
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	4.700.000,00	4.695.222,26	
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	1.500.000,00	1.368.871,79	
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	690	683	6.000.000,00	559.158,24	
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	195	46	50.000,00	50.219,17	
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	175	196	15.000,00	13.891,40	
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	195	199	1.195.000,00	1.194.184,26	
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	50	30	40.000,00	31.627,31	
			0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	700.000,00	658.225,16	
			00H2 - Ppto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	955.000,00	95.350,00	
			<b>Dotação</b>	Não tem	Não tem	Não tem	40.352.153,26		
			<b>Inicial</b>	<b>Final</b>	<b>Despesa</b>		<b>Restos a Pagar</b>		<b>Valores Pagos</b>
			40.352.153,26		<b>Empenhada</b>	<b>Liquidada</b>	<b>Processados</b>	<b>Não Proces</b>	

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

### Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

Podemos observar no quadro acima disparidades em relação a meta física ou financeira prevista e a efetivamente executada pela Sureg/PB. Na ação 2829 - Recuperação da Rede Própria podemos observar que a meta física foi alcançada com uma utilização de recursos financeiro bem menor que o previsto inicialmente essa diferença deve-se ao tipo de trabalho executado uma vez que não aconteceram grandes reformas sendo apenas realizados pequenos reparos e compras para manutenção da atividade do armazenagem.

Na ação 2130 – Formação de Estoques vale ressaltar que o gasto refere-se ao serviço de armazenagem com produtos da Conab que serão utilizados nos seus diversos programas institucionais, em especial o programa venda em balcão.

Outra ação que chama atenção é a 2137 – Fiscalização dos Estoques em que foi realizada uma maior quantidade de fiscalizações a um custo bem abaixo do previsto inicialmente, essa diferença resulta de contingenciamento orçamentário, diminuição dos estoques resultante de comercialização e escassa aquisição de novos produtos, uma vez que a maioria das fiscalizações são realizadas em adquirentes de milho nos programas PEP, VEP e PEPRO, principalmente criadores de aves que utilizam o milho como base da ração animal. Assim como o espaço geográfico é diminuído uma vez que a maioria dos criadores estão na região do brejo paraibano é possível fiscalizar uma maior número de aviários.

Na ação 4711 – No âmbito da Sureg-PB em 2012 foram programadas e realizadas ao todo seis pesquisas da safra de Grãos, três de cana-de-açúcar e uma pesquisa anual da produção de

Sisal no Estado, conforme planejamento e cronograma elaborado pela Conab matriz, sendo três levantamentos realizados em campo e três realizados via telefone, e-mail, etc.

Para coleta de informações foram visitados e contatados 14 escritórios regionais da EMATER que polarizam todos os municípios Paraibanos, como também cooperativas agrícolas, associações de produtores rurais, bancos de crédito rural, inúmeros produtores e técnicos envolvidos na cadeia agropecuária.

Os produtos pesquisados são: Feijão, Milho, Arroz, Algodão e Amendoim, além do Sisal e da Cana de açúcar. Vale ressaltar que a safra 2011/2012 foi afetada de maneira danosa pela seca que atingiu o semiárido nordestino, acarretando drástico prejuízo a produção agrícola do Estado da Paraíba. A cultura do feijão cores foi a que mais sofreu com a seca e apresentou 100% de quebra na produção.

Na maioria dos municípios as culturas de algodão, arroz, milho e feijão macassar que sobreviveram a falta de chuvas tiveram produtividade muito baixa que mau pode considerada de subsistência, sendo assim com o encerramento do ano safra conclui-se que o Estado da Paraíba sofreu uma perda de 95% do total dos produtos inicialmente previsto no primeiro levantamento em relação ao total efetivamente verificado ao final do ano safra.

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos da Safra de Grãos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Além disso os técnicos lotados no Setor de Logística e Gestão da oferta – SEGEO acompanham a variação dos preços de alguns produtos, as pesquisas são realizadas semanalmente por meio de coleta de preços a nível de produtor, com a utilização de informantes de preços cadastrados anualmente, e no atacado, com pesquisas realizadas no mercado local, os dados gerados ou coletados de outras fontes são publicados na Revista Indicadores da Agropecuária e disponibilizados por meio de sistema denominado Siagro.

Pode-se observar que a Sureg/PB realizou todas as pesquisas previstas para o ano de 2012, totalizando 6 pesquisas de campo, com as necessárias complementações dos dados coletados com pesquisas complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone e e-mail, a meta foi atingida utilizando-se de apenas 52,17% do valor orçamentário previsto, uma vez que diferente do ano passado foram realizadas em 2012 apenas 06 pesquisas quando normalmente a Sureg/PB realiza 08 pesquisas.

Na ação 8579 – Geração e Difusão da Informação para a qual não havia destinação orçamentária uma vez que as Superintendências apenas alimentam o sistema e a consolidação e divulgação das informações é feita via Matriz, mas no ano de 2012 precisou-se realizar um novo cadastramento de informantes de preço, buscando assim no campo agricultores dispostos a informar periodicamente o valor de comercialização de determinados produtos para que o sistema SIAGRO seja alimentado, o gasto de locomoção e despesas com diárias dos técnicos do Setor de Apoio a Logística e Gestão da Oferta - SEGEO ligado a Gerencia de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE resultou no valor gasto nesse programa.

Percebe-se que nas demais ações as metas traçadas foram quase que completamente alcançadas com exceção da ação 20cw – Exames Periódicos e da ação 4572 – Capacitação de servidores que tiveram muito aquém dos valores traçados como metas físicas e financeiras.

A ação exames periódicos tem a finalidade de proporcionar aos empregados condições para manutenção da saúde física e mental. O desenvolvimento da Ação trata do cumprimento de Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2012, em que dentre outros é solicitado de cada empregado que se submeta a uma série de exames de saúde que atestam a aptidão para o desempenho de suas atividades profissionais. Apesar dos dados da tabela acima terem sido apresentados pela Gerencia de Benefícios (GEBEM), que é a Gerência responsável pelo acompanhamento do programa a nível nacional, procuramos consultar o técnico de segurança do

trabalho da Superintendência o Sr. Cloves Fernandes e averiguou-se o preenchimento mensal de uma planilha elaborada pela GEBEM/SIPLAM visando o acompanhamento dos servidores convocados para realização de exame periódico, bem como o quantitativo de Atestado de Saúde Ocupacional-ASOS, emitidos. Constatou-se que durante o ano de 2012 foram convocados 195 servidores e que destes cerca de 134 servidores apresentaram o referido atestado. Verificou-se ainda que apesar de terem sido convocados 46 servidores no interior do estado, os mesmos não puderam obter o Atestado de Saúde Ocupacional devido a falta de recursos para pagamento dos adiantamentos de viagem- ADVs, pois esses servidores tem que se deslocar até a capital para que sejam examinados pelo médico do trabalho contratado, além de que a bateria de exames constantes no acordo coletivo é complexa e em algumas cidades do interior os laboratórios não realizam os citados exames.

Quanto a Capacitação de empregados a meta alcançada ficou quem da traçada e podemos elencar como principal fator para o não atingimento da meta o fato da Sureg/PB não possuí orçamento próprio para treinamento do seu corpo funcional, deste modo conforme regularização da CI SUMOC 050 de 08/03/2012 que fixa um checklist para encaminhamento de qualquer solicitação de treinamento externo e que determina que os pedidos sejam enviados a Matriz em Brasília com um prazo mínimo de 30 dias para autorização, desta forma muitos dos treinamentos solicitados não são atendidos, em virtude na demora na resposta e na incerteza de atendimento do pleito, outro fator seria a dificuldade que tem as principais instituições que oferecem treinamentos na capital paraibana em estarem com sua regularidade fiscal nos âmbitos, federal, estadual e municipal em dia, assim a maioria dos treinamentos acabam sendo realizados pela Gerencia de Capacitação em Brasília – GECAP.

### **Indicadores de desempenho institucionais**

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3, 4, 5, 6 e 7.

### **Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício**

Quanto aos principais paradigmas encontrados no ano de 2012, como a ação exames periódicos que enfrenta problemas em relação aos servidores lotados em unidades no interior do Estado, estamos procurando alternativas como uma revisão na forma de apresentação do ASO adequando aos exames realmente essenciais a emissão do mesmo.

Quanto aos treinamentos a matriz está buscando alternativas que possam melhorar o acesso do corpo funcional aos mesmos, em virtude da diminuição dos treinamentos realizados nas Suregs.

### **Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação**

A Conab executa ações com recursos de outros ministérios, primordialmente do MDA e do MDS, conforme demonstra o quadro abaixo.

Assim os programas do PAA na modalidade Compra com doação Simultânea – CPR Doação é executado com recursos do MDS e o Compra para Formação de Estoque – CPR – Estoque é executado com recursos do MDA, para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049 - Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

A Conab também atua junto ao Ministério da Integração Nacional que objetiva prestar assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para a pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como em situação de emergência ou em estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Para a distribuição das cestas a Conab celebra Termos de Cooperação Técnica com os ministérios acima citados, recebendo descentralizações orçamentárias/financeiras objetivando a aquisição de produtos por meio de leilões públicos, incluindo a montagem das cestas, a remoção para as áreas necessitadas e a disponibilização às entidades para a efetiva distribuição, de acordo com as orientações do MDS ou da Defesa Civil.

#### Quadro 12.1.2 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2014 (SPA-Mapa)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	282,00
2105 (MAPA)	2000 - Adm Unidade (safra café)	
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	1.169.063,42
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	10.207.194,19
	2802 - Oper Aquisição alimentos	102.460,86
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	
2034 (Seppir-PR)	6440 - Desenvolvimento quilombo	119,50
<b>Total</b>		<b>10.309.774,55</b>

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

#### Fiscalização do Seguro Rural

Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

No ano de 2012, foi feita uma fiscalização de uma apólice no valor de R\$282,00 no Estado da Paraíba, essa fiscalização ocorreu no mês de agosto de 2012, por três fiscais, sendo dois da Sureg/PB e uma fiscal da Sureg-PE, com o objetivo de treinar os técnicos da Sureg/PB.

#### Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos - PAA.

#### Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para Viabiliza a embalagem e transporte para a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

No ano de 2012 foram atendidas pela Sureg/PB 400 famílias, sendo atendidas ao todo 2.400 pessoas e distribuídos 50.188 kg de alimentos.

## 12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

**Quadro 12.2.1– Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	548807,48	748,43	547599,79	459,26
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos Acumulados</b>	<b>Pagamentos Acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2012</b>
2011	2.804.985,98	153,68	1.172.419,40	1.632.412,90
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Diafi/Sucon

A Sureg/PB procura deixar em restos a pagar apenas despesas que serão realizadas no mês de Janeiro subsequente, como contas de serviços de prestação continuada que por ventura não puderam ser antecipadas para pagamento dentro do exercício anterior como contas de água, energia elétrica, serviço de telefonia. Bem como processos de compra que se iniciaram antes do final do exercício e terão conclusão apenas no exercício seguinte.

## 12.5. Demonstrações Contábeis

**Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas**

Demonstrações e respectivas notas estão contidas no anexo I – pág 69

## 12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

**Quadro 12.7.1 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
<b>UF 1</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	Um prédio localizado em Campina Grande está cedido ao município, o armazém frigorífico e um terreno localizados em Esperança e o prédio localizado em Sousa, estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010). Uma fazenda localizada em Alhandra está com ação de desapropriação tramitando na Justiça Federal.
Campina Grande	3	3	
Monteiro	2	2	
Esperança	2	2	
João Pessoa	1	1	
Alhandra	1	1	
Sousa	1	1	
Patos	1	1	
<b>UF “n”</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
município 1			
município 2			
município “n”			
<b>Subtotal Brasil</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	
<b>Subtotal Exterior</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	

Fonte: Diafi/Supad

**Quadro 12.7.2 – Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
135476 Sede Sureg Paraíba	4		2	53000,00		0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>							<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Diafi/Supad

Portaria SPU nº 340 – Sureg/PB, de 25 de novembro de 2005, autorizada, a cessão de uso gratuito do imóvel destinado à Sede da Sureg/PB, pelo prazo de 5 anos, prorrogável por igual período.

## 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1. Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

**Quadro 13.1.1– Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		x			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	x				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.	x				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva,		x			

atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
<p><b>Análise Crítica:</b> verifica-se que todos os mecanismos do sistema de controle interno descritos são prejudicados pela falta de um planejamento estratégico e de uma boa definição dos objetivos e de normativos específicos para o controle de riscos na Superintendências. Mas com a retomada do planejamento estratégico, bem como uma atuação mais regional da Superintendência de Controladoria e Riscos a tendência é que a Sureg/Pb, como todas as Superintendências tenham uma elevação do nível de atuação do sistema de controle interno.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

### **Resultados e Conclusões**

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional da Paraíba, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários para despesas com diárias e passagens, impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU.

Observa-se também que a Sureg/PB assim como todas as Superintendências situadas no Nordeste presta um trabalho social, uma vez que os programas institucionais executados pela Conab privilegiam o pequeno agricultor que tem uma via de escape para a comercialização do excedente de produção e o pequeno criador que tem como recorrer aos estoques públicos para minimizar os efeitos da falta de grão que serve de base para a alimentação animal.

Brasília, 31 de maio de 2013.

**ANEXO I - Demonstrações Contábeis**

- Balanço Patrimonial (ativo, passivo)
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- Composição Acionária do Capital Social

**Quadro 12.5.1- Balanço Patrimonial**

<b>A T I V O</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.989.785.632,16</b>	<b>4.735.555.770,99</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.062.948,21</b>	<b>1.060.620,29</b>
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.257.680.697,73</b>	<b>1.049.032.903,78</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>836.574.305,27</b>	<b>751.495.446,69</b>
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>415.358.599,17</b>	<b>292.645.279,10</b>
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>5.747.793,29</b>	<b>4.892.177,99</b>
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.730.990.524,25</b>	<b>3.685.418.718,01</b>
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>51.461,97</b>	<b>43.528,91</b>
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>690.052.429,58</b>	<b>573.912.136,02</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>440.680.922,16</b>	<b>317.083.667,52</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>138.972.505,18</b>	<b>131.473.814,53</b>
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>301.708.416,98</b>	<b>185.609.852,99</b>
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>78.259.470,34</b>	<b>80.222.308,20</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>171.051.777,13</b>	<b>176.527.368,99</b>
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>60.259,95</b>	<b>78.791,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.273.054.852,68</b>	<b>4.952.025.232,72</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>51.147.069,88</b>	<b>117.196.011,03</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>3.011.624,79</b>	<b>2.085.251,58</b>
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58

Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586.329,15</b>	<b>17.168.338,92</b>
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549.115,94</b>	<b>97.942.420,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.907.782,80</b>	<b>4.834.829.221,69</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.872.496,53</b>	<b>177.842.494,99</b>
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
<b>PROVISÕES</b>	<b>234.073.968,59</b>	<b>242.630.604,68</b>
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230.145,43</b>	<b>617.049.103,45</b>
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549.179,90</b>	<b>3.790.672.956,65</b>
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119.426,21</b>	<b>6.606.203,92</b>
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38.207,12</b>	<b>3.899,48</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24.359,02</b>	<b>23.958,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639.318,35</b>	<b>18.228.235,37</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.143.890,71</b>	<b>339.214.438,92</b>
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>102.342.888,97</b>	<b>92.323.612,21</b>
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0,00</b>	<b>23.710.327,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Quadro 12.5.2- Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Quadro 12.5.3 - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.161.925.365,90</b>	<b>1.512.002.937,51</b>
<b>RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>1.143.777.023,65</b>	<b>1.485.458.349,46</b>
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>18.148.342,25</b>	<b>26.544.588,05</b>
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
<b>(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>24.073.328,76</b>	<b>51.072.109,48</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.137.852.037,14</b>	<b>1.460.930.828,03</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.788.252.026,05</b>	<b>1.802.447.120,83</b>
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
<b>ARREDONDAMENTOS</b>	<b>-9.920,43</b>	<b>32.070,11</b>
<b>EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>-696.840.007,96</b>	<b>-554.555.037,22</b>
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>46.449.939,48</b>	<b>213.006.674,31</b>
<b>(-)DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>764.468.149,53</b>	<b>717.158.725,56</b>
<b>(-)DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>509.924.223,30</b>	<b>413.343.157,13</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
<b>(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>254.543.926,23</b>	<b>303.815.568,43</b>
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
<b>(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>726.199.545,59</b>	<b>530.120.796,49</b>
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
<b>(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>0,00</b>	<b>-188.982,97</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>8.181.335,54</b>	<b>26.157.728,21</b>
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>61.713.548,34</b>	<b>8.985.215,42</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>62.382.929,49</b>	<b>8.441.523,58</b>
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>669.381,15</b>	<b>-543.691,84</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>69.894.883,88</b>	<b>35.142.943,63</b>
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50

Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 12.5.4 - Demonstração do Valor Adicionado**

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.223.638.914,24</b>	<b>175,98</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.237.000.179,82</b>	<b>177,90</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-13.361.265,58</b>	<b>-1,92</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>17.608.598,02</b>	<b>2,53</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-30.969.863,60</b>	<b>-4,45</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF</b>	<b>726.295.187,03</b>	<b>104,45</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro 12.5.5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSEFP/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da Conab, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**José Carlos de Andrade**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

### Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

#### Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

#### Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

*a) Equivalente de Caixa:* Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

*b) Créditos a Receber:* As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

*c) Estoques Públicos:* A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*c.1) Demais Estoques:* Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

*c.2) Valor Presente dos Estoques:* Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:* Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

*e) Almoxarifado:* Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

*f) Investimentos:* Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

*g) Seguros:* A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

*h) Imobilizado:* Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

*i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):* No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

*j) Benefícios a Empregados:* O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

*k) Ajustes de Exercícios Anteriores:* Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

*l) Reconhecimento da Receita:*

*l.1) Apuração do Resultado:* O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

*l.2) Diferimento de Receitas:* O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) *Provisões para Contingências*: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) *Regime de Tributação*: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

#### Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

#### Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

#### Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes

das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

#### Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

#### Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

#### b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Em R\$ mil

#### Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

##### a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

Em R\$ mil

##### b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Em R\$ mil

#### Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

#### Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

Em R\$ mil

#### a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

#### Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

#### Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

#### Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

##### *Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas:* Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias:* Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis:* Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

##### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis:* São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas:* São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias:* São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados

por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

#### Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- *Tributária*: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

#### Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

#### Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

#### Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

## Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

## Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) *Capital Social*: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) *Reserva Legal*: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) *Reserva de Retenção do Lucro*: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

## Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

## Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

### a) *Plano de Previdência Complementar*

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes

financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

#### *b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS*

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

#### Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29

Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

## Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

### a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasso – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

### b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53